Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quarta-feira, 10 de julho de 2024
Ano CVII ● Número 29.648

ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

SAGA MEXICANA: IMPÉRIO AUSTRÍACO, ZAPATA E NEOLIBERALISMO

Das revoluções com inspirações nacionalistas até a submissão às finanças apátridas no final do século 20, tal qual no Brasil.
Por Pedro Augusto Pinho, **página 2**

FRONTEIRAS DO PAÍS ESTÃO ESCANCARADAS: FALTAM AUDITORES

Até a Argentina tem mais pessoal por km² que o Brasil; enquanto isso, aprovados em concurso esperam nomeação.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**

Teto de gastos e 'calabouço' fiscal atrapalham metas da Educação

Rigidez das regras afeta o ensino público

Relatório divulgado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) nesta terça-feira mostra que o teto de gastos e o novo arcabouço (apelidado de "calabouço") fiscal contribuíram para que as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014–2024 não fossem alcançadas. Segundo o relatório, a rigidez das regras fiscais atrapalhou o ensino público no Brasil entre os anos de 2019 e 2023.

"Desde 2017, o Brasil conviveu com três grandes regras fiscais que moldaram o arcabouço fiscal brasileiro até 2022 e restringiram o volume de recursos destinados à educação. Ao impedir que os gastos orçamentários crescessem mais do que a inflação de um ano para outro, o teto de gastos se mostrou como a regra fiscal mais rígida já implementada no Brasil", disse Cléo Manhas, assessora política do Inesc, em entrevista à Agência Brasil.

Segundo ela, mesmo que de forma não explícita, as regras fiscais que estipulam um limite para o gasto público levaram a corte de investimentos em educação. No período analisado pelo relatório, por exemplo, os recursos financeiros voltados à educação básica ficaram em um patamar baixo, aumentando somente nos anos em que houve alguma flexibilização nas regras fiscais, como ocorreu em 2023.

"O ano de 2023 se diferencia dos demais por termos um novo governo e pelo fato de ser o único ano em que o orçamento público não estava restrito a alguma regra fiscal de teto de gastos. Nele, constatamos uma redução expressiva do quadro de subfinanciamento, quando comparado com a média dos anos que o antecederam. Por se tratar de um ano isolado, ainda não deu tempo de os recursos financeiros promoverem mudanças nos índices qualitativos de educação, mas notoriamente reduzimos a distância para o nível de gastos compatível com uma educação de qualidade, calculado por especialistas da área", afirmou Cléo.

Foto de Zeng Hui, Xinhua



Construção destruída pelo fogo no Havaí, EUA

Clima hostil eleva seguros de residências nos EUA, com disparidades regionais

O clima cada vez mais prejudicial aumenta drasticamente o custo do seguro residencial, com as empresas dos EUA cobrando de alguns muito mais do que outros proprietários com níveis semelhantes de risco, revela pesquisa feita pelo jornal *The New York Times* (*NYT*).

O prêmio (valor pago pelo seguro) médio aumentou 33% entre 2020 e 2023, muito mais do que a inflação, mostraram os dados. Mas, em alguns locais, os proprietários pagam mais do que o dobro pelo seguro da casa do que as pessoas que vivem em outros locais e enfrentam uma exposição semelhante a condições meteorológicas severas.

A análise do *NYT* baseia-se em dados que permitem, pela primeira vez, ver quanto as famílias pagam pelo seguro residencial por condado e CEP em todo os Estados Unidos. Nos mais de 9 mil CEPs, uma família norte-americana típica pagou no ano passado cerca de US$ 500 em prêmios de seguro residencial para cada US$ 100 mil de valor da casa, ou 0,5%.

Mas na Califórnia, que sofreu mais de 7 mil incêndios florestais no ano passado, o proprietário típico, em muitos CEPs, pagou prêmios tão baixos quanto 0,05% do valor da casa. Em contraste, em partes do Alabama, Oklahoma, Louisiana e Texas, o proprietário médio enfrentava prêmios de seguro residencial superiores a 2% do valor das residências.

"Nas comunidades onde as taxas de seguro excedem o risco real, a aquisição de casa própria pode ficar inacessível. E em locais onde os preços dos seguros são demasiado baixos, as pessoas são incentivadas a se mudarem para casas em áreas susceptíveis de serem atingidas por incêndios florestais ou outros desastres que possam causar a ruína financeira", afirma Ishita Sen, professora de finanças na Harvard Business School que estuda a razão pela qual as taxas de seguro divergem do risco.

Modi e Putin: Rússia e Índia aprofundam a cooperação

A Rússia e a Índia prometeram aprofundar a cooperação em vários setores, de acordo com comunicado conjunto divulgado nesta terça-feira, último dia da visita do primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, a Moscou a convite do presidente russo, Vladimir Putin.

"Os laços Rússia-Índia permanecem estáveis na atual situação geopolítica complexa e incerta", lê-se no comunicado, acrescentando que os líderes de ambos os países notaram o contínuo fortalecimento e expansão da sua "parceria estratégica especial e privilegiada".

Os países continuarão o seu diálogo sobre a liberalização do comércio, incluindo a possibilidade de um acordo de comércio livre entre a União Econômica da Eurásia e a Índia. As duas nações concordaram em acelerar o crescimento do comércio bilateral, estabelecendo uma meta para aumentar o volume de negócios comercial para US$ 100 bilhões até 2030.

O líder russo também convidou Modi para a próxima Cúpula do Brics, marcada para o outono na cidade russa de Kazan.

Maioria dos alemães apoia imposto sobre a riqueza

A maioria dos alemães apoia a reintrodução de um imposto sobre a riqueza, que tem sido objeto de debate desde que foi abolido em 1997, revela pesquisa da Forsa publicada pela revista *Stern* nesta terça-feira. Dois em cada três alemães (62%) são a favor de que pessoas físicas e empresas paguem esse imposto sobre ativos acima de € 1 milhão.

A aprovação da ideia também abrange diferentes campos políticos, com maiorias entre eleitores de grupos eleitorais de esquerda, sociais e conservadores. Apenas os eleitores do liberal Partido Democrático Livre (FDP) e da direita Alternativa para a Alemanha (AfD) são em grande parte contra.

O fosso entre ricos e pobres na maior economia da Europa está aumentando. De acordo com um estudo recente da ONG Oxfam, a riqueza dos cinco alemães mais ricos cresceu 74%, para US$ 155 bilhões, desde 2020.

MPEs têm 25% das compras feitas pelos governos

As vendas das micro e pequenas empresas para o setor público alcançaram o valor de R$ 42 bilhões em 2023, o que representa 25% do total das compras governamentais. Em números, as MPEs representam 60% dos fornecedores do governo, sendo a maior participação de microempresas (38,44%), seguida por empresas de pequeno porte (28,24%) e outros portes (33,32%).

"Precisamos ampliar participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas, entender a economia local e criar facilidades para que o empreendedor possa vender para a prefeitura rapidamente. Nós temos que dar uma visibilidade diferenciada aos pequenos negócios, porque é este setor que gera milhões de empregos na economia e que permite a renda para o povo brasileiro", destacou o presidente do Sebrae Nacional, Décio Lima, nesta terça-feira.

Durante a abertura do Transformar Juntos, evento com debates para gestores públicos municipais que ocorre em Brasília e se encerrará nesta quinta-feira, o presidente do Sebrae comemorou os resultados alcançados pelos programas da instituição voltados à ampliação do mercado das compras públicas pelas MPEs.

Geraldo Alckmin, presidente da República em exercício, compartilhou sua experiência, enquanto governador de São Paulo, ao estimular as compras governamentais. "Comprar do pequeno estimula, faz a economia crescer."

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,4700
Dólar Turismo	R$ 5,6700
Euro	R$ 5,8600
Iuan	R$ 0,7451
Ouro (gr)	R$ 412,91

ÍNDICES

IGP-M	0,81% (junho)
	0,89% (maio)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

Saga mexicana – Império austríaco, Zapata e neoliberalismo

Por Pedro Augusto Pinho

O México foi parte do Vice-Reino da Nova Espanha, com diversos estados que constituiriam os Estados Unidos da América (EUA) e países da América Central. Para que se compreenda o significado destas áreas é importante conhecer suas dimensões. O México possui 1.972.547 km quadrados.

As Treze Colônias estadunidenses, quando se tornaram independentes em 4 de julho de 1776, ocupavam a área de 970.306 km², cerca de 10% dos 9.371.000 km² dos EUA atuais. Parte desta área estadunidense, correspondente a 2.219.794 km², foi proveniente do Vice-Reino da Nova Espanha; são os atuais estados do Arizona, Califórnia, Colorado, Nevada, Novo México, Texas e Utah.

Iniciando em 1811, com El Salvador, mais aceleradamente desde 1821, territórios centro-americanos vinham se separando da Nova Espanha e constituindo países independentes, como citado El Salvador, a província Guatemala (separada em 1847), a princípio integrada a Chiapas (território mexicano fronteiriço à Guatemala) e a Camayagua (atual Honduras, independente em 1838), e a província Nicarágua-Costa Rica (separadas em 1850).

Se ao sul ocorriam estas situações de uniões e separações, ao norte, os EUA independentes apresentavam sua Doutrina Monroe (dezembro/1823) para incorporar territórios espanhóis e franceses com pretexto de americanizá-los.

Futuros estados ao norte do México foram obtidos pelos EUA por guerras de conquistas e por compra/suborno. Destituído o Imperador Agostinho I (Agustín de Iturbide), o México passa a ser República, em 1824. O primeiro presidente do México, entre 10 de outubro de 1824 e 31 de março de 1829, foi Guadalupe Victoria.

O conturbado início do país

É razoável que com tamanho território, invadido por estrangeiros, sem vínculos culturais com os habitantes originários, em grande parte exterminados, sem comunicações entre norte e sul, usaram-se argumentos da força e se concentrassem em núcleos para sobreviver. O México passou por várias experiências com diversos limites territoriais até se institucionalizar no País que conhecemos desde o século passado.

1824 a 1846

De Guadalupe Victoria a Nicolás Bravo (26/7 a 6/8/1846), se desenrolou o embate entre os conservadores, favoráveis ao Estado unitário e ao catolicismo como religião oficial, e os liberais, adeptos do Estado federal e secular. A Constituição de 1824 estabelecia o sistema federalista porém excluía a imensa maioria da população da participação política, embora, diferentemente do Brasil, não prevalecesse o regime da escravidão.

As Sete Leis, constituição do regime centralista de 1836, estabeleceram nos 34 artigos da quarta lei o mecanismo de eleição presidencial; onde a Suprema Corte, o Senado e a Junta de Ministros nomeariam três candidatos cada, e a Câmara Baixa (deputados) escolheria, entre os nove candidatos, o presidente e o vice-presidente.

Por todo este período travaram-se batalhas dentro do México e com os EUA, que sob diversas intromissões e pressões exerceram profunda influência na condução dos rumos mexicanos.

1846-1853

Pouco se distingue da Primeira, esta que se denominou Segunda República. Muitos personagens já conhecidos e pouca autonomia governativa. Parte pela economia, parte pela opressora presença estadunidense, de onde o ditado: "Pobre México, tão longe de Deus, tão perto dos EUA".

1853-1855

Ditadura de Antonio de Padua María Severino López de Santa Anna y Pérez de Lebrón (1794-1876). Santa Anna foi daqueles primeiros militares, do México independente.

O hino nacional mexicano é oficializado. Sob seu governo é assinado o "Tratado de La Mesilla" (30/12/1853), pelo qual ele vendeu parte do norte de Sonora e Chihuahua (77.770 km²) para os EUA (atuais estados do Arizona e Novo México).

Teve aliados importantes como os presidentes Valentín Gómez Farías e Nicolás Bravo que, por diversas vezes, aceitaram manter a presidência em seus afastamentos por razões políticas e de saúde.

Rico proprietário de terras, Santa Anna teve o mérito de reorganizar, após empreendimentos fracassados, como a Revolução Texana de 1836, o exército do México.

1855-1872

Este período foi caracterizado pelo triunfo liberal sobre os conservadores do século 19. Ele cobre a Revolução Ayutla, a Guerra da Reforma, a Constituição de 1857, o estabelecimento do Segundo Império Mexicano e a resistência republicana liderada por Benito Juárez.

> Das revoluções à submissão às finanças apátridas

Com a Constituição de 1857, buscou-se método de eleição mais democrático, no qual a distância entre o povo e seus representantes fosse reduzida. A lei eleitoral implementou a eleição universal e indireta de primeiro grau, com voto público e maioria relativa nas eleições primárias, secretas e absolutas para as eleições secundárias. O colégio eleitoral, em 1857, era composto por 80 eleitores, de cada um dos 155 distritos eleitorais em que o país estava dividido, proporcionando o total de 12.400 eleitores, em potencial.

Benito Juárez governou o México de 21 de janeiro de 1859 a 16 de julho de 1872, pelo Partido Liberal. Inicialmente, como presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Nação, ocupou a presidência interina do país. Assim, Benito Juárez se tornou presidente sem voto popular.

Os conservadores não reconheceram Juárez que deixou a Cidade do México sendo então ocupada pelos conservadores. O Plano Tacubaya, proclamado pelos conservadores contra o governo liberal, foi inicialmente apoiado pelo presidente Ignacio Comonfort (1855-1858).

Como o Plano Tacubaya desconhecia a Constituição de 1857, os conservadores nomearam presidentes interinos. Entre 23 de janeiro de 1858 e 24 de dezembro de 1860, seis conservadores presidiram, simultaneamente com Juárez, o México; alguns por somente dois dias.

O Plano Tacubaya foi um "pronunciamento" realizado ao final de 1857. Seu objetivo era revogar a Constituição promulgada naquele mesmo ano. Os ideólogos do Plano foram alguns políticos conservadores, destacando Félix María Zuloaga , Manuel Silíceo, José María Revilla e o próprio presidente do país, Ignacio Comonfort.

A Constituição de 1857 havia sido aprovada por Congresso de maioria liberal. Isso fez com que ele contivesse certos itens que desagradavam os conservadores, sendo o mais conflitante aquele relacionado às relações entre o Estado e a Igreja, esta perdendo parte dos privilégios históricos no país.

Os conservadores foram derrotados definitivamente na Batalha de Calpulalpan, em 22 de dezembro de 1860, e a 1º de janeiro de 1861 os liberais recuperaram a capital. Os remanescentes das milícias conservadoras continuaram lutando durante parte de 1861.

Entrega à Áustria

Em 1863, os conservadores decidiram enviar representação à Europa para oferecer a coroa do "Império Mexicano" a Maximiliano de Habsburgo, arquiduque da Áustria. Após algumas negociações, Maximiliano e sua esposa Carlota da Bélgica aceitaram a oferta e viajaram para o México. O segundo império mexicano durou de 1863 a 1867 e foi apoiado pelo exército conservador mexicano e pelo exército francês, com legiões voluntárias da Áustria-Hungria e Bélgica.

Maximiliano e Carlota encontraram resistência republicana armada, liderada por Benito Juárez. Maximiliano foi baleado na colina dos Sinos (Querétaro), em 19 de junho de 1867, enquanto Carlota, que havia partido para a Europa em busca de apoio, permaneceu na Bélgica até sua morte, em 1927.

Juarez governou ininterruptamente de 1858 a 1872, data que corresponde ao início da Restauração da República (1867-1876). Como se espera e efetivamente ocorreu, o Partido Conservador saiu do mapa político do México, não os conservadores.

Com a morte de Benito Juárez, Sebastián Lerdo de Tejada (1872-1876) e José María Iglesias (1876) presidem o México antes que assuma Porfírio Díaz, cuja presença conduziu, direta e indiretamente, o México na passagem do século, até 25 de maio de 1911. Deposto, veio a falecer, em Paris, no exílio, em 2 de julho de 1915.

A ausência do povo, comum aos governos do século 19 e a boa parte do século 20, incentivou o perfil autoritário, por vezes oligárquico, pois era nas famílias que surgiam os políticos, por toda a América independente. A exceção estadunidense deu-se pela constituição plutocrata que, sob a forma eletiva popular, apenas os escolhidos pelos grandes capitais eram verdadeiramente os candidatos. E para estes capitais a diferença era mostrada na ironia da frase: a mudança dos democratas para os republicanos é do governo da General Motors para o da General Electric.

Carlos Alberto Sampaio Barbosa (*A Revolução Mexicana*, Editora Unesp, SP, 2010) afirma que "o Estado oligárquico foi muito importante para o México, pois propiciou a unificação nacional e a centralização política", colonizando terras baldias, melhorando a comunicação e o transporte e as cidades, com reformas urbanísticas.

Abriu a economia que definitivamente levou à integração da economia mexicana à estadunidense; escancarou aos capitais dos EUA, que obtiveram grandes lucros na exploração das riquezas minerais, na produção de açúcar e nas operações financeiras.

No governo do porfirista Manuel González (1880-1884) foi criada a Ferrovia Central do México, concedida a primeira rede de telégrafos do país, e, em 1884, fundado o Banco Nacional do México (Banamex). Porém o México ainda se dividia no urbano-industrial e no rural-agrícola que se faziam representar politicamente.

A ditadura de Porfírio Díaz também levou à concentração da propriedade rural, com seus proprietários residindo nas cidades ou mesmo nos EUA. Já no governo liberal de Juárez, muitas comunidades indígenas haviam sido incorporadas aos latifúndios. Sustentado pela aristocracia rural, as poucas comunidades desapareceram com Díaz, o que, aliado à industrialização, comandada do exterior, provocou revolta pela miséria que grassava entre os indígenas.

O primeiro levante, encabeçado por Francisco Madero, em 1910, foi seguido das explosões de camponeses liderados ao norte por Pancho Villa (José Doroteo Arango Arámbula, 1878-1923) e ao sul por Emiliano Zapata Salazar (1879-1919).

Zapata expôs o plano que se erigia em três medidas: nacionalização das propriedades dos inimigos da Revolução, devolução das terras usurpadas às comunidades indígenas e expropriação de um terço das terras de todos latifúndios.

Durante curto período, pois ambos revolucionários foram assassinados, Zapata conseguiu aplicar seu projeto no Estado de Morellos, criando fábricas de ferramentas agrícolas, escolas e um banco para crédito rural. Com seu assassinato, sua obra foi desfeita.

De algum modo, Lázaro Cárdenas del Río (presidente de 1º de dezembro de 1934 a 30 de novembro de 1940) deu continuidade à política agrária de Zapata.

De Francisco Ignácio Madero González, que presidiu o México de 6 de novembro de 1911 a 19 de fevereiro de 1913, rico proprietário de terras, que se empenhou na defesa da justiça social e da democracia, a Lázaro Cárdenas, o México voltou a se defrontar com conservadores e liberais, sendo renomeados independentes, congressistas e trabalhistas. Estes últimos após a Revolução Russa de 1917 e a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 30 de dezembro de 1922. Foram oito presidentes.

Lázaro Cárdenas (21/5/1895 a 19/10/1970) nacionalizou a indústria do petróleo, fundou a Pemex, o Instituto Politécnico Nacional e o Instituto Nacional de Antropologia e História. O Partido da Revolução Mexicana (PRM) é criado a partir do PNR e o Partido de Ação Nacional é fundado. Concedeu asilo aos refugiados da guerra civil espanhola, bem como ao ideólogo comunista Leon Trotsky.

Até o final do século 20, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) governou o México. Todos conduziram com interesses nacionalistas e sociais à exceção de Carlos Salinas de Gortari (1º de dezembro de 1988 a 30 de novembro de 1994) que inicia a governança neoliberal, com redução de benefícios trabalhistas, assistenciais e sociais e privatizações de bens públicos.

Salinas de Gortari, aluno de Harvard, aproveitou a onda neoliberal da década de 1980, semelhante ao que ocorria no Brasil, que investira no desenvolvimento social e econômico da nação e criara a dívida que Nixon fizera multiplicar com sua política monetária.

O fim do século 20 foi trágico para o Brasil e para o México pela mesma submissão às finanças apátridas.

Pedro Augusto Pinho é administrador aposentado.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas



FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Fronteiras escancaradas: faltam fiscais

O Brasil sofre com a falta de auditores-fiscais nas aduanas. Segundo dados da Organização Mundial das Aduanas (OMA), de 2023, o Brasil conta com um servidor aduaneiro a cada 2,2 mil km², enquanto a Alemanha tem 1 a cada 8 km² e a França, a cada 40 km². Para fazer uma comparação com país em situação mais próxima, a Argentina tem 1 a cada 500 km².

Há 219 auditores-fiscais aprovados em concurso público que ainda não foram chamados, segundo o Sindifisco Nacional. A entidade divulgou nota destacando o papel dos auditores na apreensão de bens que levaram ao pedido da Polícia Federal de indiciar Bolsonaro.

Au, au

Deve-se conter a empolgação com a vitória do Partido Trabalhista no Reino Unido. Tony Blair foi primeiro-ministro britânico pelos trabalhistas por 1 década (1997–2007) e se caracterizou pela Terceira Via, uma versão gourmetizada do neoliberalismo.

Blair ficou marcado pelo apelido de "poodle do Bush" (George W., presidente dos EUA então) por seu papel servil aos Estados Unidos.

Qual raça canina Keir Starmer será se Trump for eleito?

Arroz sobe, feijão baixa

Segundo a Future Tank, consultoria econômica da Associação de Supermercados do Rio (Asserj), a inflação no estado em junho foi puxada pelo leite integral, batata, café em pó, arroz e óleo de soja. Carne bovina e feijão tiveram queda nos preços.

Em julho, o valor do leite nos mercados parece recuar, o que pode ser um bom indicador.

Exploração

Imagine trabalhadores contratados para um lugar distante, com promessa de bons ganhos, casa, seguro e trajeto de volta incluídos. Ao final do contrato, descobrem que estão devendo ao contratante, devido a descontos exorbitantes por danos aos equipamentos, e sofrem ameaças de terem o nome "sujo" e não conseguir outras ocupações.

Pensou nos casos descobertos em vinícolas na Serra Gaúcha no início do ano passado? Não, o caso se passou no Natal de 2023 na desenvolvida Albion. Motoristas foram contratados na Espanha para entregas de final de ano da Amazon na Inglaterra; diante da realidade, vários entraram em um processo contra a subcontratante. A gigante norte-americana do varejo – que faturou £ 27 bilhões (quase R$ 200 bilhões) nas ilhas britânicas ano passado – está investigando, segundo o jornal *The Guardian*.

Rápidas

Dorys Daher lança em julho um chá com talk show na Casa do Artista Gerson Pinheiro. O primeiro convidado é o arquiteto e guia de turismo Chico Vartulli, que será entrevistado pela jornalista e turismóloga Viviane Fernandes em 17 de julho. Informações pelo e-mail ascomdivulgario@gmail.com *** A Feira de Adoção RJPET estará neste sábado no Bangu Shopping, a partir das 10h *** Nesta quarta-feira, das 10h às 16h, West Shopping recebe a ação itinerante gratuita CIEE em Movimento, com o objetivo de conectar jovens e estudantes ao mundo do trabalho *** O Conselho Consultivo de Varejo & Serviços – Comitê de Shopping Center do Grupo Soares Pereira convidou Liliane Dutra, CEO do Carrefour Property Brasil, e Marcos Carvalho, copresidente da Ancar Ivanhoe, para palestras sobre "Oportunidades em Complexos Multiusos", no dia 25, em São Conrado.

Lula: 'Não existe saída individual' na América do Sul

Arce defende Integração física das infraestruturas I

Um dia depois de a Bolívia formalizar o ingresso como membro pleno _do Mercado Comum do Sul (Mercosul), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumpriu agenda oficial no país vizinho, nesta terça-feira, reunindo-se com o presidente Luís Arce e sua equipe de ministros na cidade de Santa Cruz de La Sierra, principal centro econômico e financeiro boliviano.

Segundo a Agência Brasil, ao final da reunião bilateral, os dois líderes fizeram uma declaração à imprensa. Lula disse que o encontro é a inauguração de uma "nova era" na relação Brasil-Bolívia e destacou a necessidade incontornável de integração regional entre os países do continente sul-americano.

"Não existe saída individual para nenhum país na América do Sul. Ou nós nos juntamos, formamos um bloco, tomamos decisões conjuntas e executamos as decisões, ou vamos continuar mais um século sendo países em vias de desenvolvimento", afirmou Lula.

O presidente também listou uma série de acordos assinados, incluindo os de acesso à saúde e combate ao crime organizado. "Assinamos diversos projetos para fortalecer a capacidade de agentes públicos de combater o tráfico de pessoas, de drogas e melhorar a gestão migratória. Também iniciamos a negociação para viabilizar o acesso de brasileiros à saúde pública na Bolívia e, da mesma forma, que bolivianos possam utilizar o Sistema Único de Saúde no Brasil", enumerou.

Esta é a primeira vez que Lula visita o país vizinho em seu terceiro mandato. Já o presidente da Bolívia esteve no Brasil quatro vezes ao longo do último ano.

Lula também citou os projetos de instalação de uma fábrica de fertilizantes na fronteira seca entre os dois países, entre Corumbá, Mato Grosso do Sul, e Porto Quijaro, e a construção de uma ponte binacional sobre o Rio Mamoré, entre Guajará-Mirim, em Rondônia, e Guayaramerín, na Bolívia.

Sobre o tema da integração, Luís Arce afirmou que é preciso avançar nas conexões rodoviárias e ferroviárias entre os países, para encurtar as distâncias entre as saídas para os oceanos Pacífico e Atlântico.

Bolívia

"Um dos caminhos para enfrentar todos os problemas que temos na região passa pela integração física das infraestruturas (de) que precisamos. Nós já avançamos em muitos temas, mas a integração física é aquela que menos enfatizamos. A Bolívia está no coração da América do Sul, está no coração entre o Atlântico e o Pacífico. Somos um player importante para que todos nos integremos, e queremos ser esse processo de integração", disse Arce. Ele acrescentou que o acesso mais curto para ambos países passa pelo território boliviano.

Durante seu discurso, Lula voltou a falar sobre a tentativa de golpe militar ocorrida no fim de junho, na Bolívia, que foi rapidamente contido por reação popular e das autoridades. "O povo boliviano já havia provado desse gosto amargo com o golpe de Estado de 2019 e agora se viu acometido pela tentativa de 26 de junho. Às vésperas de comemorar o seu bicentenário em 2025, a Bolívia não pode voltar a cair nessa armadilha. Não podemos tolerar devaneios autoritários e golpismos. Temos a enorme responsabilidade de defender a democracia contra as tentativas de retrocesso. Em todo o mundo, a desunião das forças democráticas só tem servido à extrema direita", afirmou o presidente brasileiro.

Por sua vez, Arce lembrou que a tentativa de golpe foi condenada por diferentes líderes mundiais, mas ressaltou que a manifestação do Brasil teve um peso importante pela representatividade de Lula. "O Brasil, para nós, representa um presidente que é um orientador, que tem muita influência em nível mundial e sabe muito bem o que aconteceu em nosso país."

Antes de retornar a Brasília, Lula ainda participou de um fórum de empresários brasileiros e bolivianos em Santa Cruz, na tarde desta terça.

Brics e G20

Ainda durante seu pronunciamento, Lula informou ter convidado a Bolívia para participar da reunião de cúpula do G20, em novembro, no Rio de Janeiro, que reunirá os líderes das maiores economias do planeta. "Fiz questão de convidar a Bolívia a participar da Cúpula do G20 em novembro e a se somar à Aliança Global de Combate à Fome e à Pobreza, que será lançada pela presidência brasileira", destacou.

O presidente boliviano também teria manifestado interesse em ingressar no Brics, bloco composto por Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul, ampliado este ano para incluir Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã. A Argentina, que também havia ingressado no bloco, acabou se retirando por decisão do novo presidente do país, Javier Milei.

IPC-S variou 0,22% na 1ª quadrissemana de julho

Medido pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o IPC-S da primeira quadrissemana de julho de 2024 subiu 0,26% e acumula alta de 3,83% nos últimos 12 meses. Nesta apuração, quatro das oito classes de despesa componentes do índice registraram acréscimo em suas taxas de variação.

A maior contribuição para o resultado do IPC-S partiu do grupo educação, leitura e recreação cuja taxa de variação passou de -0,75%, na quarta quadrissemana de junho de 2024 para 0,22% na primeira quadrissemana de julho de 2024. Nesta classe de despesa, cabe mencionar o comportamento do item passagem aérea, cujo preço variou 1,03%, ante -4,81% na edição anterior do IPC-S.

Já o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) variou 0,50% em junho. No mês de maio, a taxa havia sido de 0,87%. Com este resultado, o índice acumula alta de 1,11% no ano e de 2,88% em 12 meses. Em junho de 2023, o índice caíra 1,45% e acumulava queda de 7,44% em 12 meses.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) variou 0,55% em junho. No mês anterior, o índice havia registrado alta de 0,97%. Na análise por estágios de processamento, a taxa do grupo bens finais variou de 0,73% em maio para 0,41% em junho. A principal contribuição para este resultado partiu do subgrupo alimentos processados, cuja variação passou de 1,92% para 1,14%. O índice de bens finais (ex), que resulta da exclusão de alimentos in natura e combustíveis para o consumo, subiu 0,50% em junho, contra alta de 0,78% em maio.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) variou 0,22% em junho, após ter registrado uma variação de 0,53% em maio. Seis das oito classes de despesa componentes do índice apresentaram decréscimo em suas taxas de variação: educação, leitura e recreação (0,87% para -0,75%), habitação (0,41% para 0,13%), transportes (0,49% para 0,19%), alimentação (0,72% para 0,50%), comunicação (0,46% para -0,08%) e saúde e cuidados pessoais (0,67% para 0,57%).

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) variou 0,71% em junho, ante 0,86% no mês anterior. Os três grupos componentes do INCC registraram as seguintes variações na passagem de maio para junho: materiais e equipamentos (0,37% para 0,38%), serviços (0,54% para 0,20%) e mão de obra (1,55% para 1,23%).

O núcleo do IPC registrou taxa de 0,34% em junho, 0,03 ponto percentual acima do resultado apurado no mês anterior, de 0,31%. Dos 85 itens componentes do IPC, 38 foram excluídos do cálculo do núcleo. Destes, 28 apresentaram taxas abaixo de 0,06%, linha de corte inferior, e 10 registraram variações acima de 0,63%, linha de corte superior. O índice de difusão, que mede a proporção de itens com taxa de variação positiva, ficou em 54,19%, 7,10 pontos percentuais abaixo do registrado em maio, quando o índice foi de 61,29%.

Vendas de cimento apresentam leve recuperação no semestre

Após um primeiro semestre marcado por um cenário de juros e endividamento das famílias elevados e eventos climáticos extremos, com chuvas intensas no Sul e seca no Centro-Oeste e Norte, as vendas de cimento acumularam alta de 1,2% em relação ao mesmo período de 2023, com a comercialização de 30,6 milhões de toneladas nos seis primeiros meses do ano. Os dados são do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (Snic).

Segundo a entidade, o mês de junho atingiu 5,4 milhões de toneladas de vendas, registrando um aumento de 2,1% se comparado ao mesmo mês do ano anterior.

"Ao se analisar o despacho de cimento por dia útil de 238,8 mil toneladas, há um aumento de 4,6% sobre junho do ano passado e de 1,1% em relação ao primeiro semestre de 2023. Os principais indutores do consumo de cimento desaceleraram no período em virtude da dificuldade no acesso ao crédito, em meio a taxa de juros ainda elevada, redução de lançamentos e operações de financiamento imobiliário", diz o estudo.

A confiança da construção apresentou estabilidade em junho registrando maior otimismo que em dezembro de 2023. No entanto, essa melhora na atividade expôs a dificuldade com a mão de obra, o que já está impactando os custos de obras. A expectativa do mercado pelo fim do ciclo de queda da Selic em 2024 deve arrefecer o ânimo dos negócios nos próximos meses.

Houve, também, um maior otimismo na confiança da indústria e do consumidor que avançou em junho. Os resultados foram influenciados tanto pela melhora da percepção sobre a situação atual quanto pelas expectativas para os próximos meses.

"Mesmo após o primeiro semestre do ano surpreender positivamente o mercado com a queda do desemprego e aumento no rendimento da população, a interrupção do clico de queda da Selic, a piora nas expectativas inflacionárias e da situação fiscal do governo, somado ao ambiente externo mais adverso, principalmente no que tange à queda de juros nos EUA geram incertezas para o resto do ano. O câmbio elevado traz uma preocupação com relação a aumento de custos de produção do cimento, principalmente do coque de petróleo, matéria prima essencial na geração de energia no processo produtivo", segundo o Snic.

A expectativa do setor é de melhora para os próximos meses, impulsionada pelas obras do Programa Minha Casa, Minha Vida, de grandes leilões de saneamento e da retomada dos investimentos em infraestrutura. Por outro lado, os recentes cortes de recursos e redução de investimentos afetam importantes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que desempenha um papel importante para demanda por cimento.

Em relação aos investimentos previstos em rodovias, o Brasil possui 1.721 mil km de estradas e rodovias, isso faz do país o dono da quarta maior malha rodoviária do mundo. Entretanto há um dado alarmante: somente 12,4% da malha viária é pavimentada. E há ainda uma efetiva expectativa do setor com relação a Lei 14.871/24, que busca a modernização do parque industrial brasileiro por meio de depreciação acelerada de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados ao ativo imobilizado.

Segundo a Associação Brasileira de Franchising (ABF), o segmento de franquias de casa e construção cresceu 15,8% no primeiro trimestre de 2024, com faturamento que ultrapassou os cerca de R$ 4,4 bilhões.

Bandeira amarela na conta de luz mostra necessidade de novas hidrelétricas

Os consumidores começaram a pagar mais caro na conta de luz, com um acréscimo de R$ 1,88 a cada 100 kw/h consumidos em julho. A cobrança adicional vai ocorrer por causa do acionamento da bandeira tarifária amarela, anunciada pela Aneel. "O acionamento da bandeira amarela sinaliza que estamos ligando as termelétricas, que são poluentes e mais caras que as hidrelétricas, estamos encarecendo a conta do consumidor e poluindo o meio ambiente devido a uma escolha que fizemos no passado de não investir mais em hidrelétricas", pontua o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Flávio Roscoe.

Segundo estudos da Federação mineira, caso as fontes de energia não renováveis fossem substituídas por hidrelétricas haveria uma redução de custos por ano com energia elétrica de 19,3%, um aumento nas exportações de R$ 13,5 bilhões e um crescimento de 0,9% do PIB. Para Roscoe, a bandeira é uma sinalização do setor elétrico da piora nas condições hidrológicas e aumento do consumo para os próximos meses. "No entanto, esse aumento poderia ser evitado caso não tivéssemos paralisado o investimento em hidrelétricas com reservatórios", afirma. Para ele, o impacto previsto de 2,6% na tarifa desafia o desempenho do setor industrial.

Um estudo da FIEMG mostra que ao longo das últimas quatro décadas, apesar do crescimento na geração de energia proveniente de fontes eólica e solar, o percentual de energia limpa gerada no Brasil tem diminuído. Na década de 1990, era de aproximadamente 97%, enquanto em 2022 caiu para 89%. Nesse período houve queda expressiva na participação das hidrelétricas, de 96% para 64%, e aumento da produção de energia não renovável, especialmente de termoelétricas a gás, para compensar a intermitência das energias eólica e solar.

Eólica

A geração de energia eólica, por exemplo, chega a variar 73% ao longo do dia. Para atender as oscilações dessas fontes intermitentes, a geração hídrica e térmica complementa o sistema e aumenta a produção de energia. Porém, nos últimos anos, o país não tem dado a devida importância às hidrelétricas. Segundo estudo elaborado pela FIEMG, entre 2006 e 2022, o crescimento das termelétricas foi de 131%, enquanto as hidrelétricas corresponderam a apenas 22%.

O estudo também mostra o impacto no meio ambiente. Entre os anos de 1995 e 2022, período em que se aumentou a participação das termoelétricas no país, as emissões diretas de CO2 provenientes da geração de energia elétrica foram ampliadas em 360%, comparadas com o período de 1970 a 1994.

Durante o período de 1970 a 2022, as usinas hidrelétricas responderam por 78% da produção total de energia elétrica, mas contribuíram apenas com 20% das emissões totais de gases de efeito estufa (GEE) do setor de energia elétrica. Em contrapartida, as termoelétricas, que representaram apenas 18% da geração de energia elétrica, foram responsáveis por 79% das emissões de GEE no mesmo período.

Considerando as últimas emissões de gases de efeito estufa do setor industrial em 2022 e as informações de geração de energia elétrica deste mesmo ano, as termoelétricas geraram o correspondente a 57% do total de toda emissão de gases de efeito estufa da indústria brasileira.

IBF - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A

CNPJ/MF Nº 33.255.787/0001-91 - NIRE Nº 33.3.0027618-1 - ("Cia.")

ATA DE AGOE REALIZADA NO DIA 17/05/24

01) Data, hora e local: Aos 17/05/24, às 15h, na sede social localizada na Rua Dr. Sabino Arias, nº 187, Mantiquira (Xerém), Duque de Caxias/RJ; **02) Convocação e presença:** Convocação dispensada, nos termos do art. 124, §4º, da Lei 6.404/76, em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme constatado pelas assinaturas no Livro de Presença de Acionistas; **03) Composição da Mesa**: Sr. Luiz Nei Arias - Presidente; e Sr. André Luiz Arias - Secretário; **04) Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **a)** o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras da Cia. referentes ao exercício social encerrado em 31/12/23; **b)** a destinação do Lucro Líquido da Cia. do exercício encerrado em 31/12/23; **c)** a distribuição/pagamento de dividendos de exercícios anteriores mediante reversão da conta de Reserva de Lucros; **d)** Eleição para o cargo de Diretor-Presidente para o próximo anuênio (2024 a 2025); **e)** a consolidação do Estatuto Social, em razão das alterações estatutárias havidas desde 15/09/20 até a presente data; **05) Leitura dos Documentos:** Foi dispensada, por unanimidade, a leitura das propostas da Diretoria objeto da Ordem do Dia, tendo em vista tratar-se de documentação que já é do conhecimento de todos os acionistas; **06) Deliberações**: Por unanimidade de votos dos presentes, foram **aprovados**, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, conforme o caso: **(i)** o **Relatório da Administração**, o **Balanço Patrimonial** e demais **Demonstrações Financeiras** da Cia. referentes ao exercício social encerrado em 31/12/23, compreendendo o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, complementadas por Notas Explicativas publicadas na página 16 da edição impressa do dia 30.04.2024 do periódico "Monitor Mercantil" e na mesma data de sua edição em formato digital (https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br); **(ii) a Destinação do Lucro Líquido** da Cia. apurado no exercício encerrado em 31/12/23 da seguinte forma: a) a alocação de 5% do lucro líquido, ajustado, equivalente a R$418.956,43 para Reserva Legal; b) a distribuição/pagamento de 25% do lucro do exercício correspondente ao valor de R$1.990.046,06, referentes aos dividendos mínimos obrigatórios; e c) a alocação do valor de R$5.970.129,19 à Reserva para Expansão de Investimentos; **(iii)** a **Distribuição/Pagamento de Dividendos** de exercícios anteriores mediante reversão da conta de Reserva de Lucros da Cia., no importe total de R$16.500.000,00, os quais foram repartidos e pagos aos acionistas na data de encerramento do exercício de 2023, sendo R$5.500.000,00 para o acionista André Luiz Arias; R$5.500.000,00 para o acionista Luiz Nei Arias; e R$5.500.000,00 para a acionista Marjorie Arias; **(iv) Eleger** o **Sr. André Luiz Arias**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, RG 02.561.514-7 - IFP/RJ, CPF/MF sob o nº 299.714.627-53, para o cargo de **Diretor Presidente**, o qual será exercido cumulativamente com o cargo de Diretor Vice-Presidente Financeiro e cujo mandato vigorará a partir desta data até a realização da AGO de 2025. O Diretor Presidente ora eleito será investido em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse a ser lavrado em livro próprio, e declara expressamente conhecer a legislação e não estar impedido de exercer a administração da Cia. por lei especial ou por condenação criminal por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou por pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; **(v)** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Cia., na forma do Anexo I o qual constará todas as modificações promovidas ao Estatuto Social da Cia. desde 15/09/20 até a presente data; **7) Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a presente Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes, que autorizaram sua publicação sem as respectivas assinaturas, na forma do Art. 130, §2º, da Lei 6.404/76. Presidente da Mesa: (Sr. Luiz Nei Arias); Secretário: (Sr. André Luiz Arias). Acionistas presentes: André Luiz Arias; Luiz Nei Arias e Marjorie Arias. Duque de Caxias/RJ, 17/05/24. **Sr. Luiz Nei Arias** - Presidente da Mesa e Acionista; **Sr. André Luiz Arias** - Secretário e Acionista; **Sra. Marjorie Arias** - Acionista. **Estatuto Social: Capítulo I: Da Denominação Social, Sede, Objeto e Duração. Art. 1º** - Sob a denominação de "IBF - Indústria Brasileira de Filmes S/A.", fica organizada uma S.A., de capital fechado, resultando da transformação da Sociedade limitada denominada "IBF - Indústria Brasileira de Filmes Ltda." **Art. 2º -** A Cia. tem a sua sede e foro jurídico no Estado do Rio de Janeiro, no seu estabelecimento fabril localizado na Rua Doutor Sabino Arias, nº 187 - Mantiquira - Distrito de Xerém, Município de Duque de Caxias, CEP 25.250-613, sendo seu domicílio e foro nessa mesma cidade, sendo-lhe facultado estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer ponto do território nacional e no exterior, a critério de sua própria Diretoria. **§1º** - Ficam desde já instalados os seguintes estabelecimentos, filiais e sucursais: a) **Rio de Janeiro:** Rua Lauro Muller, nº 116, salas 1001 a 1008, Botafogo/RJ, cujas atividades são exclusivamente administrativas, sem qualquer prática industrial, fabril, comercial e/ou voltada à prestação de serviços; b) **São Paulo:** Rua Pedro Bueno, nº 1028 a 1032, Jabaquara/SP; c) **Paraná:** Rua Almirante Gonçalves, 965 a 977, Rebouças, Curitiba/PR; d) **Pernambuco**: Rua Esperanto, nº 436 - Ilha do Leite, Recife/PE. **§2º** - As filiais localizadas em São Paulo, Curitiba e Recife enquadrarão seus respectivos estabelecimentos sob o mesmo Código de Atividade Econômica (CNAE) adotado pela sede da Cia., excluídas as atividades de industrialização e fabricação. **Art. 3º** - A Cia. tem por objeto: 1) A fabricação, industrialização e comercialização de chapas de alumínio pré--sensibilizadas, filmes para indústria gráfica, inclusive papéis, produtos químicos correlatos, processadoras automáticas para todos estes materiais, tintas para offset, densitômetros, máquinas, impressoras digitais, sistemas de provas, scanners, softwares (programa de computação), imagesetters, sistema de computador à chapa, bem como qualquer produto que venha interferir na boa utilização dos seus produtos, inclusive a distribuição e o licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação (softwares); 2) O comércio e a revenda de produtos correlatos que tenham utilização dentro do processo final do qual participem produtos IBF, tais como filmes para radiologia e diagnóstico médico em geral, equipamentos para digitalização de imagens (CRs) e captação de imagens radiológicas digitais (DRs) ou outros produtos e/ou equipamentos ou software; 3) O fornecimento de Assistência Técnica a equipamentos de sua linha de fabricação ou de terceiros; 4) a representação comercial e a importação de matérias primas, produtos semi-industrializados, produtos acabados, equipamentos, peças de reposição ou simples materiais de revenda conforme o objetivo previsto no item dois supra, que sejam de interesse da empresa e de suas Representações, a critério da Diretoria; 5) a exportação de seus produtos ou serviços (know-how), incluindo a exportação de produtos agrícolas, a todos os países cujo comércio seja permitido pelas autoridades com base na legislação local vigente; 6) o comércio de medicamentos e drogas de uso humano e também o de instrumentos, equipamentos e materiais para uso médico, radiológico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios; 7) a criação de subsidiárias no exterior, sempre que o interesse da empresa assim o exigir, desde que aprovadas pelas autoridades e legislação vigente no País; 8) avalizar as operações das subsidiárias, a critério da Diretoria da empresa; 9) a exploração agrícola, pastoril ou pecuária de propriedades próprias ou arrendadas e/ou de terceiros, a critério da Diretoria; 10) o transporte de suas próprias mercadorias em veículos de sua propriedade, dentro ou fora do País, a critério da Diretoria, de acordo com a legislação em vigor; 11) a participação em outras sociedades, com a finalidade de realizar o objetivo social, ou para beneficiar-se de incentivos fiscais; e 12) o aluguel, o comodato e/ou o arrendamento de equipamentos. **Art. 4º** - O Prazo de duração da Cia. é por tempo indeterminado. **Capítulo II: Do Capital Social: Art. 5º** - O capital social é de R$ 81.377.854,00 totalmente integralizado e dividido em 81.377.854 ações ON, no valor nominal e unitário de R$ 1,00 . **Art. 6º** - As ações são indivisíveis em relação à Cia. e cada uma dará direito a um voto nas Assembleias-Gerais. **Capítulo III: Da Administração: Art. 7º** - A Cia. será administrada por uma Diretoria composta de até 4 membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente Financeiro, um Diretor Vice-Presidente Comercial e um Diretor Vice-Presidente Administrativo, os quais, com exceção do Diretor Presidente cujo mandato será de 1 ano, serão eleitos por um período de 3 anos, pelos votos da maioria dos acionistas ou de seus procuradores e cujos mandatos (inclusive o do Diretor Presidente) terminarão sempre por ocasião da realização da Assembleia-Geral Ordinária, podendo ser reeleitos. **§ Único** - Somente poderá fazer parte da Diretoria a que se refere o caput deste Art. acionista da Cia. detentor de ações ON. **Art. 8º** - Os Diretores Presidente e Vice-Presidentes ficam investidos dos mais amplos poderes para praticar em conjunto ou individualmente quaisquer atos que criem obrigações ou desonerem a Cia. de responsabilidade perante terceiros, representando-a em quaisquer operações inerentes à condução dos negócios e objetivos sociais, incluindo-se a nomeação de procuradores. **§1º** - A Cia. somente se obriga: *a)* por ato ou assinatura de qualquer dos Diretores acionistas (Presidente ou Vice-Presidentes) em atos, ou série de atos praticados para a mesma finalidade e junto à mesma contraparte, que gerem direitos ou criem obrigações e responsabilidades para a Cia. em valor inferior ao equivalente em reais a USD 800,000.00; *b)* por ato ou assinatura de 2 Diretores acionistas (Presidente ou Vice-Presidentes) em atos, ou série de atos praticados para a mesma finalidade e junto à mesma contraparte, que gerem direitos ou criem obrigações e responsabilidades para a Cia. em valor igual ou superior ao equivalente em reais a USD800,000.00; ou *c)* por ato ou assinatura de um ou mais procuradores, agindo isoladamente ou em conjunto, e dentro dos limites estabelecidos no respectivo instrumento de mandato. **§2º** - Os atos que, independentemente do montante envolvido, importarem na alienação de patrimônio imobiliário e de participações acionárias em empresas coligadas e controladas, somente serão válidos mediante a aprovação pela maioria do capital social da Cia. **§3º** - As procurações outorgadas pela Cia. deverão ser sempre e exclusivamente assinadas por um dos membros da Diretoria (Presidente ou Vice-Presidentes), devendo ser expressamente identificados nos respectivos mandatos os poderes outorgados e, com exceção daquelas com poderes "ad judicia", terão prazo de validade determinado, além de constar, quando for o caso, a vinculação do mandato à manutenção do vínculo empregatício. As procurações que atribuem poderes aos outorgados para movimentação bancária junto a instituições financeiras serão sempre outorgadas por 2 Diretores. **§4º** - Ao Diretor-Presidente caberá a representação da Cia. em Juízo, ativa e passivamente. **§5º** - Aos Diretores Vice-Presidentes competirá substituir o Presidente em caso de ausência ou impedimento transitório ou definitivo do mesmo, independentemente da realização de Assembleia-geral, observando-se a seguinte ordem: Primeiro substituto: Diretor Vice-Presidente Financeiro; Segundo substituto, Diretor Vice-Presidente Comercial; Terceiro substituto, Diretor Vice-Presidente Administrativo, por períodos sucessivos de um ano, respeitando-se a mesma ordem. **Art. 9º** - A Diretoria poderá determinar a criação de outras Diretorias ou Gerências não estatutárias cujos cargos, atribuições, poderes, prazo de gestão e titularidade serão definidos através de resolução própria. **Art. 10º** - É vedado aos Diretores, acionistas ou não, obrigar a Cia. em negócios estranhos aos interesses sociais, bem como praticar atos de liberalidade em nome da mesma ou conceder avais, fianças e outras garantias que não sejam necessárias à consecução dos objetivos sociais, sob pena de assumirem inteira responsabilidade, perante a Cia. e/ou terceiros prejudicados, pelos atos dolosos e culposos que vierem a praticar além dos seus respectivos poderes e/ou que se revelem evidentemente alheios aos negócios da Cia. **Capítulo IV: Das Assembleias Gerais: Art. 11º** - Cabe à Assembleia Geral exercer as funções que lhe forem cometidas pela Lei, tomar qualquer deliberação sobre negócios ou interesses sociais e reformar os estatutos. **§1º** - As convocações das Assembleias Gerais Ordinárias e/ou Extraordinárias serão feitas segundo as regras estabelecidas em lei, e só constituirão, para que possam, validamente, deliberar, com o número também legalmente determinado. **§2º** - As Assembleias Gerais serão convocadas pela Diretoria, na forma e nos casos previstos em lei, sendo que os acionistas, depois de instalada a Assembleia, elegerão entre si o Presidente da Mesa, que convidará outro acionista para servir de Secretário. **§3º** - Ressalvadas as exceções legais, as Assembleias Gerais deliberam, validamente, aprovando ou recusando os atos submetidos à sua apreciação, por maioria absoluta dos votos presentes, para o que cada ação ordinária nominativa valerá um voto. **§4º** - A Cia. poderá ter seu tipo societário modificado por deliberação representando 75% das ações com direito a voto, sendo que a transformação não ensejará direito de recesso. **§5º** - Das Assembleias Gerais ou atos de aprovação dos Diretores serão lavradas atas, resoluções ou quaisquer outras modalidades de formalização destinadas a evidenciar as deliberações societárias, ficando tais documentos devidamente arquivados na sede da Cia. e junto ao órgão público competente. **Capítulo V: Do Conselho Fiscal: Art. 12º** - O Conselho Fiscal, que será eleito e instalado pela Assembleia Geral em que for solicitado o seu funcionamento, compor-se-á de 3 membros efetivos e de igual número de suplentes, acionistas ou não, com a competência, poderes, deveres e responsabilidades definidos em lei. **§1º** - A remuneração do Conselho Fiscal, quando instalado, será fixada pela AGO que o eleger. **§2º** - Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia-Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, e poderão ser reeleitos. **Capítulo VI: Do Exercicio Social e Destinação Dos Lucros: Art. 13º** - O exercício social iniciar-se-á no dia 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço geral e os demais demonstrativos financeiros exigidos por lei. **§1º** - A Diretoria apresentará à AGO proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, obedecidos os dispositivos legais. **§2º** - Poderão ser levantados balanços gerais, sempre que a administração os julgar oportunos, ficando ela autorizada a distribuir dividendos antecipados, que serão levados à conta de lucros líquidos apurados nos aludidos balanços gerais ou das reservas de lucros existentes no último balanço geral anual. **§3º** - Do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções e ajustes legais, destinar-se-ão 25% para pagamento de dividendo obrigatório a todos os seus acionistas. **Capítulo VII: Da Dissolução, Liquidação e Extinção: Art. 14º** - A dissolução e a liquidação com a consequente extinção da Cia. serão efetuadas de acordo com a legislação em vigor. **§1º** - Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e, se for o caso, o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação. **§2º** - Liquidado o passivo, o ativo remanescente será distribuído aos acionistas na forma determinada em lei. Jucerja em 28/06/24 sob o nº 6315488. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Dívida de estados prevê entrega de ativos?

Pacheco: poderá haver desconto na taxa de indexação da dívida

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), apresentou as linhas gerais do Projeto de Lei com o objetivo de viabilizar o pagamento da dívida dos estados e do Distrito Federal com a União. A proposta prevê a entrega de ativos, incluindo a participação acionária em empresas. O PL estabelece ainda que, numa contrapartida por entregarem ativos próprios, os estados tenham um abatimento na taxa de indexação da dívida, que hoje equivale ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 4%.

Segundo a Agência Brasil, o estoque total da dívida atual dos estados com a União chega a cerca de R$ 765 bilhões. A maior parte, aproximadamente R$ 684 bilhões, é devida por quatro estados: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O presidente do Senado não detalhou que ativos poderiam entrar na negociação que, no caso dos estados poderiam ter sido incluído, como relação a São Paulo a Sabesp e no Rio a Cedae, empresas de saneamento que esses estados optaram pela privatização.

A ideia é que a União abra mão de receber esses 4% em troca de que o estado use o dinheiro para investir na educação e qualificação técnica, como prioridade, ou em infraestrutura e segurança pública, sendo vedada a utilização de recursos para despesas de custeio da máquina pública. Por exemplo, caso algum dos estados endividados consiga abater o estoque da dívida em 20% com a entrega e federalização de ativos, ele ganharia o direito ao abatimento de metade da taxa fixa de 4% de juros. Essa parte dos juros seria então perdoada pela União, conforme já concordou o Ministério da Fazenda.

Os outros 2% da taxa fixa de juros devem ser aplicados metade em investimentos no próprio estado e a outra metade destinada a um fundo de equalização, que será criado com o objetivo de compensar também os estados não endividados, que pagaram suas dívidas em dia e agora reivindicam tratamento igualitário.

Tal fundo de equalização deverá ser distribuído aos estados e ao DF seguindo critérios como tamanho da população e do território, porém sem permitir que o montante da unidade da federação que receber mais seja maior que o triplo do que a UF que receber menos. O texto deverá agora seguir para nova análise do Executivo e dos líderes do Senado.

"Buscamos um texto com um mínimo de consenso", disse Pacheco, que indicou o senador Davi Alcolumbre (União-AP) como provável relator da matéria. O tema deverá ser levado para debate diretamente no plenário, em função de seu caráter federativo, afirmou o presidente do Senado.

Pacheco disse ter tentado incorporar o máximo de sugestões do Ministério da Fazenda ao projeto, mas que alguns pontos não puderam ser atendidos. Um deles é de que houvesse regras mais severas para a aplicação dos recursos que a União deixará de receber.

O governo queria limitar, por exemplo, o aporte somente na área de Educação. O presidente do Senado, contudo, avaliou ser necessário maleabilidade maior, tendo em vista as especificidades locais.

"Não pode querer o Poder Executivo Federal se imiscuir em questões de gestão dos estados, porque realmente isso trava e engessa as possibilidades que um estado tem de poder ter alternativas de investimentos", disse Pacheco. "É um grande gesto federativo da União, os estados precisam reconhecer isso, mas os estados precisam ter uma margem de aplicação desses investimentos dentro de sua própria necessidade".

Caso o estado ou o DF demonstre que já cumpriu pelo menos 60% das metas estabelecidas para a Educação, por exemplo, parte do dinheiro poderá ser direcionada para projetos de infraestrutura, de prevenção a catástrofes naturais ou de segurança pública.

O texto do PL parte do princípio de consolidar o tamanho da dívida no patamar atual, afirmou Pacheco, de modo a impedir que eventual adiamento de pagamentos resulte em acúmulo de juros que venha a se tornar impagável, como ocorre nos regimes de recuperação fiscal atuais, frisou Pacheco.

O presidente do Senado disse que, nos moldes atuais, a União finge que recebe e os estados fingem que pagam. "Estamos dando na realidade uma forma de equalização do problema". A proposta trazida por Pacheco foi apresentada após ele ter se reunido com governadores dos estados mais endividados, na semana passada.

Questionado sobre o caso específico de Minas Gerais, que tem um prazo exíguo dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para apresentar alternativas para o pagamento da dívida, Pacheco disse que o Senado deverá pedir mais tempo para o estado, até que o PL sobre o assunto seja votado no Congresso. "O STF certamente terá essa sensibilidade", disse.

No caso do Rio Grande do Sul, que encontra-se com o pagamento da dívida suspenso em razão da catástrofe climática da qual se recupera, Pacheco disse apenas que "outras medidas serão também necessárias" para solucionar o problema específico do estado.

SOCIEDADE HEBRAICA DE NITERÓI
ERRATA
Na convocação de assembleia geral extraordinária da Sociedade Hebraica de Niterói, publicada neste jornal na edição do dia 03/07/2024, onde se lê: " ...em 08 de julho de 2024 (sábado) às 15 horas em 1ª convocação..." leia-se "....em 13 de julho de 2024 (sábado) às 15 horas em 1ª convocação....."

RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CNPJ/MF Nº 07.377.136/0001-64
CONVOCAÇÃO
Ficam os Srs. sócios da sociedade **RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S.S.**, convocados para se reunirem em Reunião dos Sócios quotistas, a ser realizada no dia 22/07/2024, às 11h, na sede da empresa, localizada na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua Teixeira de Freitas, nº 31, 12º andar, parte, Centro, CEP: 20.021-350, cuja participação poderá ser feita de forma virtual, mediante solicitação individual de cada sócio, para deliberar e formalizar a saída voluntária da sociedade do sócio Fernando Antonio de Sousa Gonçalves que ocorreu no dia 29/09/2023.

CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A.
CNPJ/MF n° 33.146.648/0001-20 - NIRE: 3.33.0006631-4
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 01/03/2024: 1. Data, Hora e Local: Em 01/03/2024, às 14h, na sede social da Concremat Engenharia e Tecnologia S.A., localizada na Rua Joaquim Palhares, nº 40, Torre Sul, 5º andar, Estácio, CEP 20.260-080, na Cidade e estado do RJ ("Companhia"). **2. Convocação e Presença**: Convocação realizada nos termos do Parágrafo 8°, Art. 10° do Estatuto Social, estando presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme assinaturas lançadas em livro próprio. **3. Mesa**: Presidente: Lin Li; e Secretária: Cláudia Cid Varela Madeira. **4. Deliberações:** A seguinte matéria foi deliberada e aprovada por unanimidade: 4.1. Foi aprovada a renúncia do Sr. **Paulo Fernando Araújo da Silva**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº M-2.922.955 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 464.662.746-91, domiciliado na Av. das Nações Unidas, nº 14.401, Torre Jatobá, 11º andar, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, do cargo de Diretor Executivo, a partir da presente data. **5. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, deram por encerrada a presente Reunião, tendo-se lavrado a presente Ata que, lida, aprovada e achada conforme, foi devidamente assinada por todos os presentes. **6. Assinaturas**: Mesa: Lin Li, Presidente; Cláudia Cid Varela Madeira, Secretária. Conselheiros presentes: Zhimin Hu, Lin Li e Cai Wei. Confere com o original lavrado em livro próprio. RJ, 01/03/2024. Lin Li–Presidente; Cláudia Cid Varela Madeira–Secretária. Jucerja nº 6330803 em 08/07/2024.

AgeRio — GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DA ATA DA 155ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. – AGERIO
I – Data, horário e local: 15 (quinze) de março de 2024, às 10:00 (dez horas) por meio do mecanismo de reunião eletrônica; **II – Membros votantes:** Tales José do Coutto Boiteux, Flavio Roberto Amieiro da Silva, Jorge Luiz das Neves Morais e Júlio Cesar Jorge Andrade. **III – Ordem do Dia:** *1.1* Destituição do então Presidente-Diretor e integrante da Diretoria Executiva; *1.2* Eleição do novo Presidente-Diretor que integrará a Diretoria Executiva. *2* **DELIBERAÇÕES**: Mediante votação por maioria o Conselho de Administração assim delibera: *(i)* pela destituição do Sr. ANDRÉ LUIZ VILA VERDE OLIVEIRA DA SILVA do cargo de Presidente-Diretor *(ii)* pela eleição do Sr. SÉRGIO GUSMAN para exercer o cargo de Presidente-Diretor, integrando a Diretoria Executiva. *2.1* Prosseguindo, o Conselho de Administração aprovou a indicação do Sr. Gustavo Madureira Fonseca para exercer interinamente as funções de Presidente-Diretor, cumulativamente com a de Diretor Executivo da Diretoria Jurídica, até a homologação pelo Banco Central do Brasil e posse do Sr. Sérgio Gusman. *3.* Por fim, o Sr. Presidente Interino do Conselho de Administração informou que a posse e o exercício do cargo do Presidente ora eleito ficam condicionados à prévia homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil, nos termos do § 3º do art. 10 do Estatuto Social. **IV – Assinaturas:** Todos os membros do Conselho de Administração. ***Obs.**: Este documento é parte transcrita da Ata lavrada no livro de atas das reuniões do Conselho de Administração nº 10, fls. 74/75. 2 – A Ata original relativa a este Extrato foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA em 01/07/2024 sob o número 00547488-8. Eu, Hígor Cauê de Souza Oliveira – Secretário de Colegiado da Alta Administração, certifiquei e torno público.*

Das 40 mil novas aeronaves previstas no mundo até 2042, 9 mil estarão na China

Uma em cada três do país são fornecidas pela Airbus

A fabricante europeia de aeronaves Airbus entregou a 700ª aeronave da família A320 montada em sua Linha de Montagem Final da Família A320 na Ásia (Fala, na sigla em inglês), no município de Tianjin, no norte da China.

"Uma em cada três aeronaves Airbus A320 na China vem da Airbus Tianjin", disse Christoph Schrempp, gerente geral do Centro de Entrega da Airbus Tianjin. "Isso ressalta o forte compromisso da Airbus com a China, o mercado de aviação chinês e seu desenvolvimento contínuo."

De acordo com a previsão de mercado da empresa, o crescimento médio anual do transporte aéreo na China chegará a 5,3% nos próximos 20 anos, superior à média global de 3,6%. Mais de 40.000 novas aeronaves serão necessárias em todo o mundo até 2042, das quais estima-se que mais de 9.000 serão entregues na China.

A aeronave recém-entregue, um A320neo, com 180 assentos na classe econômica, foi entregue à Chengdu Airlines. A Chengdu Airlines tem 50 aeronaves Airbus, disse Wang Shushi, CEO da empresa. Inaugurada em 2008, a FALA em Tianjin é a primeira linha de produção da Airbus estabelecida fora da Europa. A FALA está em operação há mais de 15 anos e se tornou um modelo de cooperação bem-sucedida China-Europa.

Após a entrega da primeira aeronave Airbus A320 em 2009, a FALA concluiu a entrega da 500ª aeronave da família A320 no final de outubro de 2020. Em menos de quatro anos, alcançou o marco de entrega do 700ª A320. "Esse número destaca a cooperação profunda e de longa data entre a Airbus e o setor de aviação chinês", disse George Xu, vice-presidente executivo da Airbus e CEO da Airbus China.

Expansão

Nos últimos anos, a Airbus vem expandindo sua presença industrial na China, integrando suas cadeias de suprimentos com a China, o que levou a uma presença cada vez maior de elementos chineses nas aeronaves da Airbus, acrescentou Xu.

Dados da Flight Master, uma plataforma chinesa de viagens aéreas inteligentes, mostram que, no primeiro semestre de 2024, o transporte de passageiros da aviação civil da China movimentou cerca de 2,7 milhões de voos, um aumento de 14,8% em relação ao ano anterior.

De acordo com o plano de desenvolvimento quinquenal da China para o setor de aviação civil, até 2025, o volume de transporte de passageiros deve chegar a 930 milhões de passageiros, enquanto o volume de transporte de carga e correio deve chegar a 9,5 milhões de toneladas.

"A China é o maior mercado da Airbus em um único país no mundo", disse Xu, acrescentando que o número de aeronaves entregues pela empresa a clientes chineses anualmente representa cerca de 20% do total de suas entregas globais. A Airbus registrou um aumento em sua participação de mercado na China de cerca de 20% em 2008 para mais de 50% até o momento neste ano.

Nos últimos anos, a FALA também entregou aviões para companhias aéreas como a Wizz Air da Hungria e a Cebu Pacific das Filipinas.

De acordo com Xu, a cadeia industrial de aviação estável da China permite que a Airbus forneça globalmente a partir de bases de produção na China, alimentando assim o desenvolvimento do setor de aviação global,. "Acreditamos firmemente que o mercado de aviação chinês tem um potencial notável e continuará a ocupar uma posição importante. Precisamos aproveitar esse mercado estratégico", disse.

Agora, o segundo projeto Fala em Tianjin, que começou em setembro de 2023, está sendo construído a toda velocidade e deve estar operacional no início de 2026.

Segundo a Agência Xinhua, após a conclusão do projeto, espera-se que a rede de produção global da Airbus inclua 10 linhas de montagem final, duas em Tianjin (uma atualmente em construção), duas em Toulouse, na França, duas em Mobile, nos Estados Unidos (uma em construção), e quatro em Hamburgo, na Alemanha. "Isso significa que a capacidade de produção de aeronaves da família A320 da Airbus na China será responsável por 20% de nossa capacidade total global", observou Xu.

Mudanças no imposto estadual sobre doações e heranças

Os deputados do grupo de trabalho (GT), da Câmara dos Deputados, sobre o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) decidiram que os estados precisam definir o que é "grande patrimônio" no caso de doações e heranças. Segundo o relatório divulgado pelo GT para o projeto de regulamentação da reforma tributária (PLP 108/24), os estados terão que usar a alíquota máxima do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) para taxar estes valores.

O projeto relatado pelo GT regulamenta o funcionamento do Comitê Gestor do IBS, que será o novo imposto sobre o consumo de estados e municípios. O comitê terá a função de cobrar, fiscalizar e distribuir o imposto, divulgou na noite de segunda-feira (8), a Agência Câmara de Notícias.

Hoje a alíquota máxima, que é fixada pelo Senado, é de 8%; mas muitos estados não chegam a esse teto. Existe um projeto (PRS 57/19) em análise no Senado para aumentar para 16%, mas os estados querem 21%. Já o relatório do GT, apresentado nesta segunda-feira (8), não dá prazo aos estados para definir o que é "grande patrimônio". O projeto original do Poder Executivo diz apenas que o ITCMD deve ser progressivo, ou seja, taxar mais os maiores valores. Previdência privada Para evitar planejamentos tributários, os deputados também decidiram que os depósitos dos planos de previdência privada VGBL que tiverem menos de cinco anos poderão ser taxados com ITCMD no caso de heranças.

"As pessoas, no último momento, vão lá, passam todo o patrimônio para o VGBL, não pagam imposto nenhum", disse o deputado Ivan Valente (Psol-SP). "E a pessoa falece, é isso que acontece. Essa é a realidade, essa é a estampa do Brasil", afirmou.

Mudança no ITBI Outra mudança foi no ITBI, o imposto municipal sobre transações imobiliárias. De acordo com a Agência Câmara de Notícias, os municípios poderão antecipar a cobrança do imposto nos contratos de compra e venda e complementar no momento do registro. Hoje existem controvérsias sobre o tema.

De qualquer forma, a situação atual, segundo o deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), escolhido relator pelo grupo, incentiva os contratos de gaveta. Os deputados decidiram incluir representantes dos contribuintes na terceira instância de julgamento de recursos e instituir uma cota mínima de 30% para a participação de mulheres nas instâncias técnicas.

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE PARATY S.A.

CNPJ nº 19.080.515/0001-77 - NIRE 33.300.309.462

Ata de AGOE. 1. Hora, Data e Local: Às 10h de 30/04/2024, na sede social da Cia., localizada na Rua Lourival Valentim dos Santos nº 297, Vila Colonial, Paraty, RJ. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, conforme o disposto no § 4º do Art. 124 da Lei nº 6.404/76, haja vista a presença da totalidade dos acionistas da Cia., conforme se constata da Lista de Presença de Acionistas (Anexo I). **3. Publicações**: O relatório da administração, as demonstrações financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas e o relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social findo em 31/12/2023 foram publicados, em 27/03/2024, no Diário do Acionista, págs 05 e 06. **4. Presença:** Presente acionista titular de 100% das ações de emissão da Cia., conforme assinaturas em livro próprio. Presente, também, o Diretor da Cia., o Sr. Ivan Mininel da Silva, tendo sido dispensada a presença do representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("Auditores Independentes"), face a inexistência de quaisquer dúvidas em relação às Demonstrações Financeiras. **5. Mesa:** Presidente: Ivan Mininel da Silva; Secretário: Gabriel Roberti. **6. Ordem do Dia e Deliberações:** Por unanimidade de votos, observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações: **6.1.** Aprovar, depois de examinadas e discutidas, as contas dos administradores, o balanço patrimonial, as demonstrações contábeis e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicados conforme item 3 acima, conforme estabelece o Art. 133, *caput,* § 3º e § 4º da Lei nº 6.404/76. **6.2.** Registrar que o Lucro Líquido apurado no exercício findo em 31/12/2023 de R$ 3.708.857,94 foi absorvido pelos prejuízos acumulados em exercícios anteriores e, face a inexistência de lucro líquido no exercício, não há dividendos a distribuir. **6.3.** Alterar o Art. 7º do Estatuto Social a fim de fazer constar que a Diretoria será composta por, no mínimo 02 e, no máximo, 03 Diretores, passando o mesmo a vigorar com a redação do Estatuto Social constante do Anexo II, a seguir consolidado. **6.4.** Em razão da alteração prevista no item 6.3. acima, a Cia. elege como Diretor, o Sr. **Gabriel Roberti**, brasileiro, engenheiro, casado, identidade nº 336169371 SSP/SP e CPF nº 099.456.007-96 e reelege, como Diretor, o Sr. **Ivan Mininel da Silva**, brasileiro, casado, engenheiro, identidade nº 30.522.138-3 SSP/SP e CPF nº 212.618.048-48, ambos com endereço comercial na Rua Lourival Valentim dos Santos nº 297, Vila Colonial, Paraty, RJ, com mandato de 02 anos ou até a data da AGO que for realizada no ano de 2026, os quais declaram que estão aptos a exercer a administração da Sociedade, não estando impedidos em virtude de lei, ou de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, que tomarão posse de seus respectivos cargos em até 30 dias contados desta data, mediante assinatura do Termo de Posse lavrado em livro próprio. **6.5.** Fixar a remuneração anual global dos Diretores em até R$ 35.000,00. **6.6.** Aprovar a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Cia., inclusive para refletir as alterações estatutárias aprovadas acima, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo II. **6.7.** Autorizar, para todos os fins e efeitos legais, a Diretoria da Cia. a tomar todas as medidas e assinar todo e qualquer documento necessário à implementação das deliberações aprovadas acima. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, sob a forma sumária, nos termos do art. 130, § 1º da Lei das S.A., a qual foi lida, aprovada e assinada. **8. Assinaturas:** Ivan Mininel da Silva, Presidente. Gabriel Roberti, Secretário. Acionista: Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (p. Cláudio Bechara Abduche e Marcelo Augusto Raposo da Mota). Diretor: Ivan Mininel da Silva. Confere com o original lavrado em livro próprio. Paraty, 30/04/2024. **Ivan Mininel da Silva** - Presidente; **Gabriel Roberti -** Secretário. **Estatuto Social Consolidado. "Capítulo I - Denominação, Duração, Sede e Objeto Social: Art. 1º** - A Concessionária Águas de Paraty S.A. ("Cia."), reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhes forem aplicáveis. **Art. 2º** - A Cia. tem por objeto social a prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que consiste na (i) construção, operação e manutenção do sistema de esgotamento sanitário; (ii) reestruturação, operação e manutenção do sistema de abastecimento de água, incluindo a instalação de hidrômetros, nas ligações prediais, qualquer que seja sua destinação; e (iii) gestão comercial dos serviços retromencionados, além dos serviços complementares, assim entendidos como aqueles serviços correlatos aos citados, tudo em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão a ser firmado entre o Município de Paraty ("Poder Concedente") e a Cia. ("Contrato de Concessão"), em virtude do procedimento licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do edital da Concorrência Pública nº 004/2013. **Art. 3º** - A Cia. tem sua sede e foro na Cidade de Paraty, Estado do RJ, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, agências, depósitos, escritórios de representação e dependências similares em qualquer ponto do País ou do exterior. **Art. 4º** - prazo de duração da Cia. é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social: Art. 5º** - O capital social da Cia., totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R$ 20.743.852,80, dividido em 20.743.852 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **§1º** - A cada ação ordinária corresponde 01 voto nas Assembleias Gerais, observado o disposto nos §s deste Art. **§2º** - Na proporção do número de ações que forem titulares, os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, na forma do Art. 171 da Lei nº 6.404/76. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 dias. **§3º** - A Cia. fica autorizada a manter as ações de sua emissão em contas de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada a prestar esse serviço. A instituição financeira poderá cobrar dos acionistas o custo de serviço de transferência de propriedade, observados os limites legalmente fixados. **§4º** - O acionista que não fizer o pagamento correspondente às ações subscritas nas condições previstas no respectivo boletim de subscrição ou chamada de capital ficará de pleno direito constituído em mora, na forma do Art. 106, §2º, da Lei nº 6.404/76, sujeitando-se (i) a multa de 10% do valor da prestação em atraso, sem prejuízo da correção monetária de acordo com a variação positiva do Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou índice que venha a substituí-lo, em caso de sua extinção, na menor periodicidade admitida; (ii) ao disposto no Art. 107 da Lei nº 6.404/76; e (iii) ao pagamento de juros de mora de 12% ao ano, *pro rata temporis.* **§5º** - Nas hipóteses em que a lei conferir o direito de retirada a acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o valor do reembolso terá por base o valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, ou o valor econômico da Cia., apurado em avaliação, se inferior ao citado valor de patrimônio líquido, observadas as disposições do Art. 45 da Lei nº 6.404/76. **Capítulo III - Administração: Art. 6º** - A Cia. será administrada por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social. **Art. 7º** - A Diretoria será composta por, no mínimo, 02 e, no máximo, 03 Diretores, sem designação específica, acionistas ou não, todos residentes no país, eleitos e destituíveis), a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, com as atribuições estabelecidas neste Estatuto e outras que lhe forem atribuídas pela Assembleia Geral e pela Diretoria. **§1º** - O mandato dos Diretores será de 02 anos, permitida a reeleição, sendo o mandato automaticamente prorrogado até a eleição e posse dos respectivos substitutos. **§2º** - Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 dias se seguirem à sua eleição, estando dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Os Diretores reeleitos serão reinvestidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, sendo dispensadas quaisquer outras formalidades. **§3º** - Em suas ausências temporárias ou impedimentos eventuais, cada Diretor será substituído por quem for indicado, por escrito, pela Diretoria. **§4º** - Compete à Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 dias, quando remunerada. **§5º** - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante individual ou global, e a distribuição interna será feita pela Diretoria, ficando os Diretores dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão. **§6º** - Ocorrendo a vacância de cargo do Diretor caberá à Assembleia Geral eleger novo Diretor, fixando o prazo de gestão. **Art. 8º.** A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na sede social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita por qualquer Diretor com antecedência mínima de 05 dias úteis, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. **§ Único -** O quórum de instalação das reuniões da Diretoria é o da maioria dos membros em exercício. As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria dos Diretores presentes à reunião e lavradas em livro próprio. **Artigo 9º** - A Diretoria terá plenos poderes de administração de gestão dos negócios da Cia., de acordo com suas atribuições e sujeito ao disposto na lei e neste Estatuto. **§ 1º** - A prática dos seguintes atos pela Cia. depende de prévia e expressa aprovação, por escrito, dos acionistas representando ao menos 2/3 do capital social: **(a)** alienação ou oneração de bens integrantes do ativo imobilizado da Cia., desde que o valor seja superior a R$ 500.000,00 e inferior a R$ 5.000.000,00; **(b)** proposta de destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício; **(c)** retenção de lucros da Cia.; **(d)** aprovação das Demonstrações Financeiras da Cia.; **(e)** contratação de empréstimos ou de obrigações, de qualquer natureza, cujo valor exceda, em cada caso, ao equivalente a 10% do patrimônio líquido da Cia., conforme último balanço aprovado; **(f)** emissão de debêntures, bônus de subscrição, e/ou outros valores mobiliários, conversíveis ou não, opções de compra de ações e/ou de qualquer outro título conversível em ações da Cia. ou que outorgue direito à participação nos lucros da Cia., bem como contratação de qualquer negócio que possa produzir efeitos semelhantes; **(g)** contratação de qualquer negócio a longo prazo, assim entendidos os negócios com prazo igual ou superior a 48 meses; **(h)** concessão de garantias em favor de terceiros; e **(i)** aquisição de participações em outras sociedades, consideradas individualmente, ou direitos de qualquer natureza, classificáveis como investimentos no ativo permanente. **§ 2º** - A prática dos seguintes atos pela Cia. depende de prévia e expressa aprovação, por escrito, dos acionistas representando ao menos 3/4 do capital social: **(a)** alienação ou oneração de bens integrantes do ativo imobilizado da Cia. em valor superior a R$ 5.000.000,00; **(b)** alteração do dividendo mínimo obrigatório; **(c)** realização de qualquer negócio entre a Cia., seus acionistas, e pessoas ou sociedades ligadas a seus acionistas e administradores, assim consideradas aquelas assim definidas pela legislação do imposto de renda; **(d)** alteração de qualquer disposição do Estatuto Social, exceto para as matérias previstas no § primeiro acima, e na extensão necessária para cumprir as obrigações legais aplicáveis; **(e)** mudança do objeto social; **(f)** abertura de capital; **(g)** fusão, incorporação ou cisão da Cia.; **(h)** requerimento de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial; **(i)** dissolução ou suspensão de processo de liquidação; e **(j)** incorporação de outra sociedade ou de parcela cindida de outra sociedade. **§ 3º** - Todos os atos que criem obrigações para a Cia. ou desonerem terceiros de obrigações para com a Cia. deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a Cia., ser assinados: (a) por 02 Diretores, em conjunto; (b) por 01 Diretor em conjunto com 01 Procurador; ou (c) por 02 Procuradores com poderes especiais e específicos. **§3º** - As procurações outorgadas pela Cia. deverão conter descrição pormenorizada dos poderes outorgados, vedar o substabelecimento e conter prazo de duração determinado, limitado a 02 anos, exceto as procurações judiciais que poderão ser por prazo indeterminado e autorizar o substabelecimento. **§4º** - Excepcionalmente, a Cia. poderá ser representada nos atos a que se refere este Art. mediante a assinatura isolada de 01 mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. **§5º** - É vedado aos Diretores e aos mandatários obrigar a Cia. em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da Cia. **Capítulo IV - Assembleia Geral: Artigo 10º** - A Assembleia Geral, com as funções e atribuições previstas em lei e pelo presente Estatuto, reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§1º** - O presidente e o secretário da Assembleia Geral serão escolhidos pelos acionistas presentes. **§2º** - Sem prejuízo do disposto no § único do Art. 123 da Lei nº 6.404/76, a Assembleia Geral será convocada por qualquer dos Diretores, com, no mínimo, 08 dias de antecedência da data marcada para sua realização, especificando as matérias a serem discutidas. Será dispensada a convocação prévia para aquelas Assembleias às quais comparecerem todos os acionistas. **§3º** - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto e serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 11º** - O Conselho Fiscal da Cia. atuará de forma não permanente, com as funções fixadas em lei, e será composto por, no mínimo, 03 e, no máximo, 05 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. **§1º** - O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que sua instalação for solicitada por acionistas que representem, no mínimo, 0,1 das ações com direito a voto, ou 5% das ações sem direito a voto, e cada período de seu funcionamento terminará na primeira AGO subsequente. §2º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **§3º** - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo VI - Exercício Social e Destinação de Resultados: Artigo 12º** - O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. **Artigo 13º** - Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não exceder o importe de 20% do capital social. Do saldo, ajustado na forma do Art. 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, (a) 25% serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório e (b) até 75% poderão ser retidos com base em orçamento de capital, nos termos do Art. 196 da Lei nº 6.404/76, e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Cia., a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que o saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, que não seja destinado na forma deste Art., será capitalizado ou distribuído aos acionistas como dividendo complementar. **§1º** - A Cia. poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores, sendo facultado à Diretoria declarar dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, observadas as limitações impostas por Lei, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas, obedecidos os limites legais. **§2º** - A Cia. poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e nos limites da legislação aplicável. **§3º** - Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão computados, por seu valor líquido para satisfação do dividendo obrigatório do exercício social em que forem distribuídos e serão creditados como antecipação de dividendos. **Capítulo VII - Dissolução, Liquidação e Transformação: Artigo 14º** - A Cia. somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação dos acionistas ou nos demais casos previstos em lei. **§1º** - A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. **§2º** - A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal para o período da liquidação. **Artigo 15º** - A Cia. poderá transformar seu tipo jurídico mediante deliberação da maioria dos votos na Assembleia Geral". JUCERJA nº 6282459 em 10/06/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Dólar fecha a R$ 5,41 e cai no menor nível em duas semanas

Bolsa sobe pela sétima vez seguida e supera os 127 mil pontos

Em um dia de poucos negócios por causa do feriado estadual em São Paulo, o dólar teve forte queda e atingiu o menor valor em duas semanas, na contramão do mercado internacional. A bolsa de valores subiu pela sétima vez seguida, na maior sequência de altas em um ano, e superou os 127 mil pontos.

O dólar comercial encerrou esta terça-feira (9) vendido a R$ 5,414, com recuo de R$ 0,061 (-1,12%). A cotação abriu estável, mas caiu de forma consistente, até fechar próxima da mínima do dia. A moeda norte-americana está no menor valor desde 24 de junho, quando tinha fechado em R$ 5,39. A divisa acumula queda de 3,11% em julho, mas sobe 11,59% em 2024.

No mercado de ações, o dia foi marcado por ganhos. O Ibovespa, da B3, fechou aos 127.108 pontos, com alta de 0,44%. No maior nível desde 21 de maio, o indicador foi beneficiado por empresas ligadas ao consumo doméstico. Isso porque as ações das empresas exportadoras caíram por causa da queda do dólar.

A queda do dólar ocorreu apesar da alta da moeda norte-americana no exterior. Em audiência ao Senado norte-americano nesta terça, o presidente do Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano), Jerome Powell, deu declarações interpretadas de forma mista pelos investidores.

Ele disse que a inflação nos Estados Unidos começou a ceder, mas que é preciso cautela e mais sinais antes de o órgão começar a cortar os juros da maior economia do planeta.

Taxas menos altas em economias avançadas estimulam a migração de capitais para países emergentes, como o Brasil. No entanto, a incerteza sobre quando o ciclo de queda começará pressiona o dólar.

Segundo a Agência Brasil, no cenário interno, os investidores aguardam o fim das negociações do texto que regulamenta a reforma tributária. Projeto delei complementar será votado nesta quarta-feira (10) na Câmara dos Deputados.

No fim da tarde, declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que o Supremo TribunL Federal poderá agir, caso o Congresso não garanta todos os recursos para cobrir a desoneração da folha de pagamento, reforçou o compromisso da equipe econômica em evitar perda de receitas.

USIMECA INDÚSTRIA MECÂNICA S.A.

CNPJ/MF nº 08.972.254/0001-83

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, Na forma das disposições legais e estatutárias, submetemos a deliberação da Assembléia Geral o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, referente ao exercício financeiro encerrado em 31/12/2023 e respectivas Notas Explicativas complementado com as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxo de Caixa. Nova Iguacu, 09/07/2024.

Balanços Patrimoniais levantados em 31/12 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo	66.009	52.340	58.962	48.367
Ativo circulante	49.317	33.557	49.184	36.849
Caixa e equivalentes de caixa	2.671	175	5.808	646
Conta as receber de clientes	5.656	16.594	7.533	9.871
Estoques	12.307	12.552	22.933	20.114
Impostos a recuperar	724	1.500	5.594	5.758
Adiantamento a fornecedores e funcionários	84	38	84	89
Partes relacionadas	27.642	2.456	6.774	-
Outros ativos	234	242	459	371
Ativo não circulante	16.693	18.783	9.778	11.518
Realizável a longo prazo				
Tributos a recuperar	1	6.646	-	6.646
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.384	-	5.384	-
Outros ativos	-	-	-	-
Total ativos não circulantes	5.385	6.646	5.384	6.646
Investimento em controlada	9.094	10.177	-	-
Imobilizado	2.189	1.923	3.594	3.428
Ativos de direito de uso	-	-	712	1.354
Intangível	24	37	87	90
Total de investimentos	11.307	12.137	4.394	4.872
Passivo	87.404	67.918	80.358	63.945
Passivo circulante	87.073	65.728	80.010	62.971
Fornecedores	8.507	10.936	12.046	13.545
Juros Capital Próprio a Pagar	-	-	-	-
Obrigações trabalhistas	2.921	2.821	3.265	3.222
Impostos e contribuições a recolher	2.430	885	3.674	1.347
Empréstimos e financiamentos	38.534	27.753	38.534	27.753
Partes relacionadas	31.607	16.485	10.278	8.520
Adiantamentos de clientes	1.585	5.298	3.163	5.323
Provsões	304	-	304	-
Obrigações de arrendamento	-	-	793	1.342
Outros passivos	1.184	1.550	7.952	1.919
Passivo não circulante	332	2.190	348	974
Empréstimos e financiamentos	-	801	-	801
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	105
Obrigações de arrendamento	-	-	-	68
Provsão para perdas em investimento	-	1.389	-	-
Outros passivos não circulantes	332	-	348	-
Patrimônio líquido	(21.395)	(15.578)	(21.395)	(15.578)
Capital social	15.476	15.476	15.476	15.476
Reserva de Capital	-	-	-	-
Prejuízos Acumulados	(38.701)	(32.962)	(38.701)	(32.962)
Ajustes acumulados de conversão	1.830	1.908	1.830	1.908
Patrimônio líquido atribuído aos sócios da Empresa	(21.395)	(15.578)	(21.395)	(15.578)
Participação dos não controladores	-	-	-	-
Total de participação de não controladores	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	66.009	52.340	58.962	48.367

Demonstração do Resultado do Exercício - Exercícios findos em 31/12 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional liquida	88.283	156.335	98.248	130.221
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(73.606)	(131.363)	(80.269)	(103.545)
Lucro bruto	14.677	24.972	17.979	26.676
Despesas Administrativas	(9.725)	(9.081)	(12.847)	(10.702)
Despesas Comerciais	(2.832)	(8.188)	(3.467)	(8.423)
Participação nos resultados de controladas	385	(1.341)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(6.274)	(26.516)	(7.662)	(27.781)
Total das despesas	(18.447)	(45.126)	(23.977)	(46.906)
Lucro operacional	(3.771)	(20.154)	(5.998)	(20.230)
Receitas financeiras	5.288	8.139	8.862	9.374
Despesas financeiras	(11.108)	(13.271)	(13.428)	(14.345)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(5.820)	(5.132)	(4.567)	(4.971)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.591)	(25.286)	(10.565)	(25.201)
imposto de renda e contribuição social (corrente)	(1.534)	(3.164)	(560)	(3.249)
imposto de renda e contribuição social (diferido)	5.384	-	5.384	-
Lucro do exercício	(5.740)	(28.450)	(5.740)	(28.450)
Quantidade de ações (Em Milhares)			11.328	11.328
Lucro Liquido básico e diluído por ação - R$ em Milhares			R$ 0,51	R$ 2,51

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31/12 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	(5.740)	(28.450)	(5.740)	(28.450)
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	(77)	(32)	(78)	(32)
Total de resultados abrangentes no exercício	(5.817)	(28.482)	(5.818)	(28.482)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Ajustes acumulados de conversão	(Lucros ou Prejuízos Acumulados)	Total do patrimônio líquido
Em 31/12/2021	15.476	1.940	(4.512)	**12.904**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(28.450)	(28.450)
Ajustes acumulados de conversão	-	(32)	-	(32)
Em 31/12/2022	15.476	1.908	(32.962)	(15.578)

	Capital social	Ajustes acumulados de conversão	(Lucros ou Prejuízos Acumulados)	Total do patrimônio líquido
Em 31/12/2022	15.476	1.908	(32.962)	**(15.578)**
Prejuízo líquido do exercício			(5.740)	(5.740)
Ajustes acumulados de conversão	-	(77)	-	(77)
Em 31/12/2023	15.476	1.831	(38.702)	(21.395)

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31/12 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2023	2022	2023	2022
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(9.591)	(25.201)	(10.564)	(25.201)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	435	396	708	3.397
Baixa por desgaste de imobilizado	-	-	-	121
Resultado de equivalência patrimonial	(385)	1.343	-	-
Reversão (realização) de provisões	8.909	(2.220)	1.708	4.907
Despesa de juros e variação cambial sobre empréstimos	2.143	4.531	2.111	4.499
Redução (Aumento) dos Ativos				
Conta as receber de clientes	(20.187)	10.955	(6.319)	(9.653)
Estoques	(838)	387	(4.799)	2.580
(Redução) Aumento dos Passivos				
Fornecedores	(2.429)	(4.665)	(2.116)	(1.843)
Obrigações trabalhistas	100	752	43	818
Impostos e contribuições a recolher	(327)	20.060	8.577	18.073
Outros passivos	61	282	7.209	(324)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	(22.109)	6.620	(3.442)	(2.626)
Outros Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Juros pagos por empréstimos	(732)	(2.262)	(732)	(2.262)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	(22.841)	4.358	(4.174)	(4.888)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Partes relacionadas	17.568	(12.592)	1.758	1.141
Aquisição de imobilizado	(800)	(516)	(982)	(1.962)
Aquisição de intangível	-	-	(9)	(3.640)
Caixa Líquido utilizado nas Atividades de Investimento	16.768	(13.108)	767	(4.461)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Captação de empréstimos bancários	11.865	20.386	11.865	20.386
Pagamento de empréstimos bancários	(3.296)	(15.668)	(3.296)	(15.668)
Caixa Líquido (Gerado nas) utilizado pelas Atividades de Financiamento	8.569	4.718	8.569	4.718
(Redução) Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	2.496	(4.032)	5.162	(4.631)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	175	4.207	646	5.277
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	2.671	175	5.808	646
(Redução) Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	2.496	(4.032)	5.162	(4.631)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

1. Informações gerais. **Contexto operacional.** A Usimeca Indústria Mecânica S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, localizada no município de Nova Iguaçu, RJ, constituída em 21/06/2007 e controlada pela Hyva do Brasil Ltda. Tem como controladas as empresas Wastec Indústria e Comercio Ltda e Usimeca México, S.A. de C.V. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada e autorizada pela administração em 24/05/2024. **2. Resumo das principais políticas contábeis.** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404 de 1976. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor usando certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo Hyva. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis até 12 meses subsequentes à data do encerramento das demonstrações contábeis estão apresentados como ativos e passivos circulantes, respectivamente. **3. Caixa e equivalentes de caixa.** Os depósitos classificados como aplicações financeiras podem ser resgatados a qualquer tempo, sem qualquer penalidade. Todas as aplicações financeiras têm prazo de resgate inferior a 90 dias da data de aquisição original.

4. Contas a receber de clientes	Controladora		Consolidado	
	2.023	2.022	2.023	2.022
Clientes a receber de clientes do mercado interno	7.875	4.625	9.780	5.502
Clientes a receber de clientes do mercado externo	1.329	20.162	1.329	12.583
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(3.548)	(8.193)	(3.576)	(8.214)
Total	5.656	16.594	7.533	9.871

As perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montantes considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. A Companhia provisionou todas as contas a receber da coligada situada no Chile em virtude do processo de falencia. **a) Partes Relacionadas a Receber: Clientes a Receber**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Hyvasouthern Africa (Pty) Ltd	83	33	83	33
Hyva International B.V.	11	2.493	11	2.493
Hyva Chile SPA	1.180	1.931	1.180	1.931
Hyva do Brasil Hidráulica Ltda	4.164	-	5.495	-
Wastec Industria e Comercio Ltda	16.395	-	-	-
Comercial E Industrial Usimeca Chile Ltda	7.542	8.129	7.542	8.126
Usimeca Industria Mecanica S.A.	5.809	7.576	5	-
	35.185	20.162	14.317	12.583

PDD	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Comercial e Industrial Usimeca Chile Ltda	(7.542)	-	(7.542)	-
	(7.542)	-	(7.542)	-

5. Estoques. Os estoques estão demonstrados ao menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e o seu valor líquido de realização. **6. Intangível e Imobilizado.** O ativo intangível e imobilizado são avaliados ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização ou depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Imobilizado Itens	Taxa de depreciação %	Valor residual líquido em 2022	Valor residual líquido em 2023
Instalações	10%	862	843
Máquinas e equipamentos	10%	1.756	1.641
Móveis e utensílios	10%	82	62
Veículos	20%	122	75
Equipamentos de informática	20%	43	573
Imobilizações em andamento	0%	-	9
Ferramentas	10%	563	392
Total		**3.428**	**3.594**

Intangível Itens	Taxa de amortização %	Valor residual líquido em 2022	Valor residual líquido em 2023
Software	20%	37	24

7. Investimentos. Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Todas as demonstrações utilizadas para fins desse relatório têm como data base 31/12/2023. A conversão das demonstrações da controlada no exterior, Usimeca México S.A de C.V., cuja moeda funcional é o dólar, foi efetuada em conformidade com o descrito no CPC 02 (R2).

Controladas	Participação Usimeca (%)	31/12/2022 Investimento	Equivalência Patrimonial	Outros	Ajuste de convesão	31/12/2023 Investimento
Wastec Ind. e Com. Ltda.	100	10.177	(1.091)	-	-	9.086
Usimeca México, S.A. de C.V.	100	(1.388)	1.476	(2)	(77)	8
		8.789	385	(2)	(77)	9.094

8. Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento. A controlada da Companhia mantém em seu Balanço Patrimonial os saldos de direito de uso de arrendamentos de prédios. Para tais direito de uso são reconhecidas depreciações conforme o tempo de contrato de arrendamento do bem.

	Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Ativos de direito de uso			
Edificações	-	712	712
Passivos de arrendamentos			
Obrigações de arrendamento	(793)	-	(793)
Total	(793)	712	(81)

9. Fornecedores. Em fornecedores a pagar são registrados os saldos a pagar pelo recebimento de mercadorias e serviços.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores no mercado interno	8.507	10.594	8.899	13.203
Fornecedores no mercado externo	-	342	3.147	342
Total circulante	8.507	10.936	12.046	13.545

b) Partes Relacionadas. A composição de fornecedores a pagar de partes relacionadas em 2023 esta demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Hyva International B.V.	5	113	5	113
Hyva Mechanics (China) Co. Ltda	-	-	9	-
Hyva do Brasil Hidráulica Ltda	22	8.407	552	8.369
Wastec Industria e Comercio Ltda	21.295	7.308	-	-
Usimeca Chile Ltda	1	38	-	38
Usimeca México SA de CV.	572	619	-	-
	21.896	16.485	566	8.520

c) Mútuos a Pagar. A Companhia encerrou o ano de 2023 com o saldo a pagar de mútuos a Hyva do Brasil Hidráulica Ltda o valor de R$ 9.712. **10. Obrigações Trabalhistas.** A empresa mantem os saldos trabalhistas a pagar em dia e registradas conforme competência. **11. Empréstimos e financiamentos.** Estão apresentados pelo valor do principal, acrescido dos encargos financeiros incorridos pro rata *temporis* até a data das demonstrações contábeis, calculados de acordo com as cláusulas contratuais dos respectivos contratos.

			Controladora e Consolidado			
			2023		2022	
Instituições	Modalidade	Taxa de Juros %	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Adiantamento de contrato de câmbio	ACC	4,65%	37.765		26.690	
Bradesco Leasing	Arrendamento Mercantil	2,78%			11	
Banco Bradesco	Empréstimo	7,8713°% a.a.				801
Banco Itaú	Empréstimo	7,828% a.a.	770	-	1.052	-
			38.534	-	27.753	801

12. Impostos e encargos a recolher. Os impostos a recolher representam o valor líquido a pagar de impostos sobre o faturamento e sobre o lucro, esse último tem o saldo a pagar no valor de R$ 1.975 em 2023. **13. Imposto de renda e contribuição social diferidos.** A Companhia findou o ano de 2023 com crédito de impostos diferidos no total de R$ 5.384.

14. Adiantamentos de clientes	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento de clientes no mercado interno	1.360	5.298	1.360	5.323
Adiantamento de clientes no mercado externo	-	-	1.579	-
Adiantamento de clientes com partes relacionadas	225	-	225	-
	1.585	5.298	3.163	5.323

15. Provisões. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os assessores jurídicos da controladora e de suas controladas não relataram julgamentos ou contingências a informar com probabilidade de perda provável e possível na controladora. Para o ano de 2023 a Companhia reconheceu provisões para despesas operacionais no valor de R$ 304 com a finalidade de atender as políticas do Grupo Hyva. **16. Patrimônio líquido.** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social integralizado da Companhia era de R$ 15.476, representado por 11.327.760 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, conforme apresentado abaixo:

	Quantidade de Ações Ordinárias	Capital Social R$	Percentual das Ações Ordinárias
Hyva do Brasil Ltda	8.495.820	11.607	75%
Cesar Moreira Filho	2.831.940	3.869	25%
Total	11.327.760	15.476	100%

17. Receita operacional, líquida. A conciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Venda bruta de produtos no mercado nacional	52.297	188.023	72.586	169.218
Venda bruta de produtos no mercado externo	4.029	-	30.633	-
Venda bruta de produtos para partes relacionadas	49.803	-	18.707	-
Prestação de serviços	-	21	-	21
(-) Impostos sobre vendas	(17.847)	(30.587)	(23.677)	(37.849)
(-) Devoluções e abatimentos	-	(1.122)	-	(1.169)
Receita líquida	88.283	156.335	98.248	130.221

18. Custos e despesas por natureza. Os custos dos produtos e serviços vendidos e despesas são reconhecidas pela competência conforme a estrutura apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Classificação por função				
Custo dos produtos e serviços vendidos	(73.606)	(131.363)	(80.269)	(103.545)
Despesas administrativas e comerciais	(12.558)	(8.188)	(16.315)	(8.423)
Total	(86.164)	(139.551)	(96.584)	(111.968)

19. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. A Companhia mantém em outras receitas e outras despesas, em maioria, valores relacionados a ganhos de créditos tributários e ganhos ou perdas com créditos incobráveis

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Recuperação/Perda de créditos incobráveis	(206)	-	(247)	-
Outras despesas e receitas operacionais	1.692	1.084	347	(181)
Provisão para Perdas de Impostos	(7.761)	(27.250)	(7.761)	(27.250)
	(6.274)	(26.166)	(7.662)	(27.431)

20. Resultado financeiro, líquido. A Companhia registra em seu resultado financeiro o impacto positivo ou negativo do pagamento ou recebimentos de juros, multas e a variação cambial. **21. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.** A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social da controladora, calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto Corrente	(3.261)	(8.597)	(3.592)	(8.568)
Adições	6.634	12.401	6.634	12.458
Exclusões	(1.840)	(641)	(2.482)	(641)
Total do Imposto Corrente	1.533	3.164	560	3.249
Imposto Diferido				
Geração e estorno de diferenças temporárias	(5.384)	-	(5.384)	-
Total do Imposto Diferido	(5.384)	-	(5.384)	-
Alíquota fiscal efetiva	40%	-13%	46%	-13%

22. Eventos Subsequentes. Não há eventos subsequentes a serem divulgados entre a data de encerramento do exercício social e da divulgação das demonstrações contábeis que tenham, ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da Companhia.

Cesar Moreira Filho - Vice Presidente - CPF 758.261.867-04
Taciana dos Santos - Contadora - CPF 010.728.870-29 - CRC RS 090802/O

FUP critica reajuste no preço do gás de cozinha

Brasil importa parte do GLP que consome

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) disse que recebeu com preocupação a decisão da Petrobras de reajuste nos preços do gás de cozinha (GLP) às refinarias, que entrou em vigor nesta terça-feira (9), juntamente com a elevação dos preços da gasolina.

Em nota, a Petrobras explicou que este é o primeiro ajuste nos preços de venda de gasolina A para as distribuidoras em 2024. O último ajuste ocorreu em 21/10/2023, uma redução. E o último aumento ocorreu em 16/08/2023. O preço de venda de gasolina A para as distribuidoras passará a ser, em média, de R$ 3,01 por litro, um aumento de R$ 0,20 por litro.

"Sabemos que o Brasil importa parte do GLP (gás de cozinha) que consome. Mas não podemos esquecer que o gás de cozinha é item básico da cesta de consumo da população e aumentar seu preço prejudica o orçamento familiar. Qualquer aumento pode restringir o alcance de parte da população ao produto", afirmou o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar.

Ele reconhece que a subida do dólar e a recente elevação dos preços do brent no mercado internacional, estão pressionando os custos da Petrobrás, após cerca de 11 meses sem aumento, no caso da gasolina, e 28 meses no caso do GLP. Mas Bacelar ressalta ser fundamental a Petrobrás, como empresa estatal, priorizar em seu planejamento de custos a garantia de acesso da população ao botijão de gás.

A nova política comercial da Petrobrás para a gasolina e diesel, implementada em maio de 2023, com o fim do equivocado Preço de Paridade de Importação (PPI), foi fator importante para a mitigação da volatilidade dos preços no mercado interno, contribuindo, assim, para combater pressões inflacionárias no último ano. No entanto, infelizmente, no caso do GLP, o país ainda tem uma maior dependência de importações.

Petrobras quer importação de mais gás da Bolívia

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, manifestou nesta terça-feira o interesse da companhia no incremento da produção de gás na Bolívia e no aumento do volume de importação do insumo para o Brasil. "Hoje o mercado consumidor brasileiro demanda 50 milhões de metros cúbicos (m³) de gás natural por dia. Acreditamos que esse mercado pode ser triplicado, alcançando 150 milhões de m³ diários. Esse gás servirá como insumo para a indústria petroquímica e para a produção de fertilizantes. A condição é que sejamos capazes de fazê-lo chegar ao Brasil a preços acessíveis", esclareceu.

De acordo com Magda, o gás natural tem um papel essencial na integração energética da América do Sul. "Apostamos muito nessa sinergia entre Brasil, Bolívia e também a Argentina, países interligados pelo gasoduto", disse.

Segudo a Agência Brasil, a presidente da estatal falou das perspectivas para o incremento da produção no país vizinho. A Petrobras, que já foi responsável por 60% da produção de gás natural boliviano, opera hoje 25% do total produzido no país. "Nós olhamos para frente e vemos oportunidades para serem desenvolvidas pela Petrobras ou em parcerias que merecem nosso investimento", explicou.

Magda Chambriard discursou no Foro Empresarial Bolívia – Brasil, em Santa Cruz de La Sierra, com a presença dos presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Bolívia, Alberto Arce.

Sebrae patrocina evento nacional com 65% dos expositores gaúchos

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) está apoiando a indústria gaúcha com o patrocínio de mais uma edição do INSPIRAMAIS, que está em sua 30ª edição, que se realiza em 24 de julho no Rio Grande do Sul e dia 31, em São Paulo. O evento anuncia materiais mais sustentáveis para as indústrias de calçados, vestuário, móveis e bijuterias.

A superintendente da Associação Brasileira das Empresas de Componentes para Couro, Calçados e Artefatos (Assintecal), Silvana Dilly, destaca que o evento foi reformulado em função das dificuldades logísticas provocadas pelas enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul no mês de maio. Com o aeroporto internacional de Porto Alegre fechado e com a sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) impossibilitada de receber eventos, a solução encontrada foi realizar o INSPIRAMAIS em Taquara, localizada no polo calçadista gaúcho do Vale do Paranhana, e na Casa Petra, no coração da capital paulista. "A moda encontrou um caminho para seguir, como a vida. Somos resistência e estaremos juntos, celebrando negócios e a força do sistema de moda brasileiro", destaca Silvana.

Conforme a superintendente, o apoio do Sebrae é fundamental para o fortalecimento do evento. "Com 65% dos nossos expositores gaúchos, o INSPIRAMAIS é um evento nacional, que receberá visitantes dos principais polos calçadistas brasileiros, como Jaú, Franca, Birigui e Nova Serrana, entre outros, na sua edição de São Paulo. Essas visitas estarão em caravanas apoiadas pelo Sebrae. Dessas empresas, mais de 90% são de micro e pequeno portes, que utilizam o salão para o desenvolvimento de suas coleções", comenta Silvana.

Remodelado O INSPIRAMAIS é o principal evento do setor de moda voltado para o abastecimento de fábricas de calçados, vestuário, móveis e bijuterias do Brasil, lançando, duas vezes por ano, materiais inovadores e em acordo com as principais tendências internacionais. O salão é uma realização da Assintecal, em parceria com o Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB), Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) e Associação Brasileira das Indústrias de Mobiliário (Abimóvel). Nesta edição, a iniciativa ocorrerá em duas oportunidades, nos dias 23 e 24 de julho no Rio Grande do Sul, e nos dias 30 e 31 de julho em São Paulo.

Na edição gaúcha, o INSPIRAMAIS contará com o espaço Conexão INSPIRAMAIS, o Preview do Couro, palestras sobre tendências de moda e mercado, e exposição de produtos. Já na edição de São Paulo, além dos espaços Conexão INSPIRAMAIS e Preview do Couro, além da exposição de lançamentos, o salão trará compradores e jornalistas internacionais para rodadas de negócios.

ANP firma acordo com órgão regulador de energia da França

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) assinou um memorando de entendimentos com a Comission de Régulation de l'Energie (CRE), órgão regulador de energia da França. Em março, ambos os órgãos já haviam assinado uma carta de intenções.

O memorando tem validade de dois anos, a partir da data da assinatura (8/7), podendo ser renovado.

O memorando é uma espécie de incremento das ações praticadas depois da assinatura da carta de intenções. A carta de intenções foi o ponto de partida para a cooperação, disse a ANP. O acordo estabelece as diretrizes para a cooperação entre os órgãos, de forma a facilitar a troca de informações e melhores práticas relacionadas aos aspectos regulatórios da transição energética, mercados de gás e desafios a eles associados.

Entre as ações previstas, estão a realização de visitas técnicas, treinamentos, pesquisa e avaliação de práticas e estratégias adotadas por outras organizações ("benchmarking") e estabelecimento de redes com outras instituições internacionais, em especial em países de línguas portuguesa e francesa.

Segundo a ANP, as áreas específicas da cooperação podem incluir temas como: biogás/biometano; metodologias para tarifas de gás natural; armazenamento de gás; hidrogênio; captura e armazenamento de carbono; descarbonização da indústria de energia; futuro das infraestruturas de gás natural; regulação do acesso de terceiros a infraestruturas de gás natural liquefeito (GNL); e integração no mercado de gás.

unisys

UNISYS BRASIL LTDA.

CNPJ nº 33.426.420/0001-93

Balanços Patrimoniais para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

		Controladora		Consolidado	
Ativo circulante	Notas	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	259.138	322.132	259.187	322.241
Contas a receber de clientes	5	271.244	201.352	271.244	201.352
Estoques	6	20.283	3.285	20.283	3.285
Impostos a recuperar	7	117	2.277	117	4.256
Depósitos judiciais	10	774	938	855	1.025
Outros créditos e valores a receber	-	19.061	14.930	19.335	15.159
Total do ativo circulante		**570.617**	**544.914**	**571.021**	**547.318**
Ativo não circulante					
Contas a receber de clientes	5	14.636	14.577	14.636	14.577
Empréstimos com partes relacionadas	9	84.817	93.704	71.383	76.933
Contas a receber com partes relacionadas	9	347.044	352.007	406.288	409.787
Depósitos judiciais	10	30.145	34.311	36.996	41.187
Impostos a recuperar	7	-	-	1.226	1.226
IR e CS diferidos	8	62.698	64.183	64.838	66.818
Outros créditos e valores a receber	-	6.097	3.606	6.140	3.606
Investimento	11	35.786	28.651	-	-
Imobilizado	12	12.023	18.906	13.561	21.105
Intangível	-	6.323	4.442	6.323	4.442
Total		**599.569**	**614.387**	**621.391**	**639.681**
Total do ativo		**1.170.186**	**1.159.301**	**1.192.412**	**1.186.999**

		Controladora		Consolidado	
Passivo circulante	Notas	2023	2022	2023	2022
Fornecedores	13	62.088	27.901	62.606	28.858
Obrigações trabalhistas	14	39.252	30.237	39.901	30.992
IR e CS a pagar	-	3.863	1.383	6.134	1.383
Impostos e contribuições a recolher	15	134.601	141.092	144.839	149.173
Receita diferida	19	23.236	16.104	23.236	16.104
Provisão para contingência	18	6.664	6.745	6.766	6.854
Passivo de direito de uso	-	1.462	1.382	1.820	1.693
Outras	-	8	-	8	-
Total passivo circulante		**271.174**	**224.844**	**285.310**	**235.057**
Passivo não circulante					
Impostos e contribuições a recolher	15	45.313	44.051	49.409	47.480
Benefício pós emprego	16	58.572	59.848	58.572	59.848
Receita diferida	19	2.407	6.975	2.407	6.975
Contas a pagar com partes relacionadas	9	400.981	418.514	416.255	446.915
Provisão para contingências	18	42.251	45.077	42.670	45.528
Provisão para perda em investimentos	11	12.383	15.839	-	-
Passivo de direito de uso	-	504	-	1.188	1.043
Outras	-	6.991	6.878	6.991	6.878
Total passivo não circulante		**569.402**	**597.182**	**577.492**	**614.667**
Patrimônio líquido	20				
Capital social	-	180.900	180.900	180.900	180.900
Reserva de capital	-	12	12	12	12
Reserva de lucros	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	(13.274)	(15.990)	(13.274)	(15.990)
Lucros acumulados	-	161.972	172.353	161.972	172.353
Total patrimônio líquido		**329.610**	**337.275**	**329.610**	**337.275**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.170.186**	**1.159.301**	**1.192.412**	**1.186.999**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

		Controladora		Consolidado	
Receita operacional líquida	Notas	2023	2022	2023	2022
Receita líquida de mercadorias	21	4.474	4.187	4.474	4.186
Receita líquida de serviços	21	731.123	664.322	732.009	664.045
Total		**735.597**	**668.509**	**736.483**	**668.231**
Custo das mercadorias vendidas	22	(3.151)	(3.418)	(3.151)	(3.418)
Custo dos serviços prestados	22	(339.095)	(272.937)	(320.744)	(262.571)
Total		**(342.246)**	**(276.355)**	**(323.895)**	**(265.989)**
Total		**393.351**	**392.154**	**412.588**	**402.242**
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	23	(120.149)	(119.707)	(127.233)	(122.990)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	(596)	2.318	(630)	2.398
Total		**(120.745)**	**(117.389)**	**(127.863)**	**(120.592)**
Lucro operacional antes das participações societárias		**272.606**	**274.765**	**284.725**	**281.650**
Resultado de equivalência patrimonial	12	10.591	1.080	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		**283.197**	**275.845**	**284.725**	**281.650**
Resultado financeiro					
Receita financeira	25	68.216	51.496	68.996	52.190
Despesa financeira	25	(39.974)	(37.478)	(43.391)	(41.840)
Total		**28.242**	**14.018**	**25.605**	**10.350**
Lucro antes do IR e CS		**311.439**	**289.863**	**310.330**	**292.000**
IR e CS - corrente	26	(85.983)	(75.618)	(84.379)	(75.618)
IR e CS - diferido	26	(86)	(20.494)	(581)	(22.631)
Lucro líquido do exercício		**225.370**	**193.751**	**225.370**	**193.751**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31/12/2021	**180.900**	**126**	**3.515**	**194.282**	**378.823**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	193.751	193.751
Dividendos pagos	-	-	-	(215.680)	(215.680)
Ganhos atuariais em plano de benefício definido, líquido de impostos	-	-	(19.505)	-	(19.505)
Plano de opção de ações	-	(114)	-	-	(114)
Saldo em 31/12/2022	**180.900**	**12**	**-15.990**	**172.353**	**337.275**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	225.370	225.370
Dividendos pagos	-	-	-	(235.751)	(235.751)
Perdas atuariais em plano de benefício definido, líquido de impostos	-	-	2.716	-	2.716
Saldo em 31/12/2023	**180.900**	**12**	**(13.274)**	**161.972**	**329.610**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**225.370**	**193.751**	**225.370**	**193.751**
Outros resultados abrangentes - benefícios a empregados	2.716	(19.505)	2.716	(19.505)
Total do resultado abrangente	**228.086**	**174.246**	**228.086**	**174.246**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

	Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**225.370**	**193.751**	**225.370**	**193.751**
Ajustes ao lucro líquido do exercício				
IR e CS diferidos	86	20.494	581	22.631
Depreciação e amortização	19.781	17.017	20.610	17.419
Baixa de ativo imobilizado	68	315	192	322
Resultado da equivalência patrimonial	(10.591)	(1.080)	-	-
Provisão para devedores duvidosos	(1.109)	(394)	(1.109)	(394)
Juros receitas diferidas	(1.604)	(2.282)	(1.604)	(2.282)
Juros arrendamentos	309	444	478	674
Juros provisionados de partes relacionadas	(6.260)	(3.299)	(6.260)	(3.299)
Variação cambial empréstimos partes relacionadas	5.550	5.349	5.550	5.349
Correção monetária de contingências	5.056	6.284	5.125	7.464
Provisão/Reversão para contingências	(7.963)	(5.376)	(8.071)	(15.795)
Despesa com plano de pensão, assistência médica e pagamento baseado em ações	2.839	(68)	2.839	(68)
Total	**231.532**	**231.155**	**243.701**	**225.772**
Redução (aumento) nos ativos e aumento (redução) dos passivos				
Contas a receber	(68.842)	(41.280)	(68.842)	(41.280)
Estoques	(16.998)	1.157	(16.998)	1.157
Impostos a recuperar	62.987	43.629	67.858	47.526
Outros créditos e valores a receber	(6.622)	86	(6.710)	799
Partes relacionadas	(6.310)	26.419	(20.901)	26.373
Depósitos judiciais	4.330	1.754	4.361	1.743
Fornecedores	34.187	5.666	33.748	5.376
Obrigações trabalhistas	9.015	3.975	8.909	4.171
Receitas diferidas	4.168	(11.527)	4.168	(11.527)
Impostos e contribuições a recolher	(5.229)	7.067	(2.405)	8.762
Outros passivos /ativos	121	231	121	231
Caixa gerado nas operações	**10.807**	**37.177**	**3.309**	**43.331**
Juros pagos	(309)	(494)	(478)	(724)
IR e CS pagos	(58.347)	(53.772)	(58.968)	(54.372)
Total	**(58.656)**	**(54.266)**	**(59.446)**	**(55.096)**
Caixa líquido gerado pela as atividades operacionais	**183.683**	**214.066**	**187.564**	**214.007**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(12.029)	(19.389)	(12.321)	(19.820)
Empréstimos com partes relacionadas	3.337	(825)	-	-
Caixa liquido aplicado nas atividades de investimentos	**(8.692)**	**(20.214)**	**(12.321)**	**(19.820)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de arrendamentos - principal	(2.234)	(4.419)	(2.546)	(4.709)
Dividendos pagos	(235.751)	(215.680)	(235.751)	(215.680)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(237.985)**	**(220.099)**	**(238.297)**	**(220.389)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(62.994)**	**(26.247)**	**(63.054)**	**(26.202)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	259.138	322.132	259.187	322.241
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	322.132	348.379	322.241	348.443
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(62.994)**	**(26.247)**	**(63.054)**	**(26.202)**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A Unisys Brasil Ltda. ("Empresa") é uma sociedade limitada com sede na Avenida da Nações Unidas, no 17.981, conjunto 801/parte e depósitos 10, 12 e 13, do Edifício Birman 20, Vila Almeida, na cidade de São Paulo e possui regionais nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro. Jandira, Brasília e Belo Horizonte. A Empresa tem por objeto a prestação de serviços de integração de soluções e automação na área de informática e venda de equipamentos de informática, além de serviços de telecomunicações, assessoria e consultoria técnica, programação, desenvolvimento, cessão e licença de programas de computador, ensino e treinamento em informática, elaboração de projetos, planejamento e construção, engenharia consultiva, empreitada e subempreitada, cessão de mão-de-obra, processamento de dados, locação e venda de equipamentos, mercadorias e produtos de informática, assistência técnica, manutenção ou reparo de equipamentos, máquinas de informática, engenharia logística e estocagem de bens de informática e distribuição, importação, comércio e industrialização de equipamentos, dentre outras atividades conexas. A Empresa possui o controle das sociedades descritas a seguir: **Unisys Informática Ltda. ("Unisys Informática").** Sociedade limitada com sede na cidade de Campo Grande – Mato Grosso do Sul, que tem por objetivo a prestação de serviços em geral, em especial serviços de informática e teleinformática e quaisquer outras atividades conexas resultantes ou complementares. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa mantinha participação de 99,99% na Unisys Informática. **Unisys Tecnologia Ltda. ("Unisys Tecnologia"):** Sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo que tem por objetivo o comércio e indústria de máquinas eletrônicas de processamento de dados, partes e peças para as mesmas, importação, exportação, fabricação, beneficiamento, manutenção e conserto das máquinas e dos equipamentos acima mencionados, assim como a venda, a locação dos produtos eletrônicos para processamento de dados e equipamentos periféricos, o fornecimento de acessórios e suprimentos para os mesmos, inclusive assistência técnica. Atualmente a Empresa encontra-se com as suas atividades operacionais paralisadas e a administração está avaliando alternativas para a reestruturação do seu plano de negócio e melhor utilização de sua estrutura societária, fiscal e acervo patrimonial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa mantinha participação de 99,99% na Unisys Tecnologia. As controladas Unisys Informática e Unisys Tecnologia serão doravante mencionadas nas notas explicativas a seguir apenas como "Controladas", e conjuntamente com a controladora como "Grupo". **Apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade com relação às Normas do CPC. • Demonstrações contábeis individuais:** As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas. **• Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **• Consolidação:** A Empresa consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas no item 1 acima – Contexto operacional. A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com o CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa no 3. A autorização para emissão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi dada pela Diretoria em 28 de junho de 2024. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Empresa. **2. Sumário das principais políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **2.1. Mudanças nas políticas contábeis:** Em 2023, a Empresa e suas controladas avaliaram as emendas e novas interpretações que entram em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1o de janeiro de 2023. As principais alterações são: • Alterações ao NBC TG 23(R2), Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; • Alteração ao NBC TG 26 (R5), Apresentação das Demonstrações Contábeis; • Alteração ao IFRS Practice Statement 2, Making Materiality Judgments; e • Alterações ao NBC TG 32 / IAS 12 - Tributos sobre o lucro – NBC TG 32. Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos resultante de uma única transação. A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **2.2. Moeda estrangeira:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional"). Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. **2.3. Investimentos em controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Empresa tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, em geral em função da detenção de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto, atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em conta quando se avalia se a Empresa controla outra entidade. Os investimentos em controladas para fins das demonstrações contábeis individuais e consolidadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da Empresa nas variações patrimoniais das controladas geradas após a aquisição. A participação da Empresa nos lucros ou prejuízos de suas controladas é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação da Empresa nas perdas de uma controlada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Empresa para fins de demonstrações contábeis individuais e consolidadas individuais reconhece perdas adicionais. O processo de consolidação para fins das demonstrações contábeis consolidadas corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, complementada pelas seguintes eliminações: **i)** Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas; **ii)** Dos saldos de contas correntes e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas, inclusive resultados não realizados; e **iii)** Identificação da participação de não controladores. Transações entre Empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com os da Empresa, e as práticas contábeis foram aplicadas de forma padronizada nas empresas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. O sumário das informações financeiras das controladas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial está apresentado na Nota Explicativa no 11. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e investimentos em aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Empresa são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa. **2.5. Instrumentos financeiros: i) Ativos financeiros não derivativos:** A Empresa classifica seus ativos financeiros considerando o modelo de negócios para gestão e as características de fluxo de caixa contratual. No reconhecimento inicial um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A Empresa reconhece os ativos financeiros inicialmente quando se tornar parte das partes disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócio para gestão dos ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. A Empresa "desreconhece" um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere e mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo Por Meio do Resultado (VJR): • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixas contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **ii) Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. A Empresa reconhece empréstimos e financiamentos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações trabalhistas, empréstimos a pagar com partes relacionadas e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **iii) Instrumentos financeiros derivativos:** A Empresa não operou instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **2.6. Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores líquidos de realização. **2.7. Ativo imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base em taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. A Empresa entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico, deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é a que melhor representa o seu ativo imobilizado. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base em taxas que levam em consideração o tempo de vida útil (quadro a seguir) dos bens do ativo imobilizado.

Grupos	Tempo de vida útil
Equipamentos alugados a terceiros	05 anos
Máquinas e equipamentos	05 anos
Edificações e benfeitorias	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Ativos de outsourcing	Conforme projeto
Outros	Diversos

2.8. Ativos intangíveis: Os ativos intangíveis constituem-se exclusivamente de softwares adquiridos de terceiros, são mensurados pelo custo de aquisição e amortizados com base em taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. **2.9. Redução ao valor recuperável – impairment: i) Ativos financeiros:** A Empresa avalia, no final de cada período do relatório, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Empresa utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: • Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; • Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; • Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro, devido às dificuldades financeiras; e • Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e • Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. A Empresa avalia, em primeiro lugar, se existe evidência objetiva de impairment. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.**ii) Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros da Empresa estão representados pelo imobilizado e intangível. Esses ativos são revistos a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("Unidade Geradora de Caixa" ou "UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs e, então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro rata. A Administração da Empresa não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável dos ativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **2.10. Provisões para contingências:** As provisões para contingências relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.11. Imposto de renda e contribuição social:** As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio. O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. O passivo do imposto de renda e da contribuição social diferidos é integralmente reconhecido enquanto o ativo dependa da realização. Os valores de imposto de renda e contribuição social a pagar são apresentados líquidos das antecipações efetuadas ao longo dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O reconhecimento dos créditos tributários é baseado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros, elaborado e fundamentado em premissas internas e em cenários econômicos futuros aprovados pelos órgãos da administração. **2.12. Plano de benefício definido: 2.12.1. Plano de pensão:** A Empresa opera um plano de pensão de benefício definido. O plano é financiado por pagamentos a um fundo fiduciário, determinados por cálculos atuariais periódicos. Os ativos atuariais determinados pelos atuários consultores são reconhecidos, após o teste de limite de ativos, como ativo do patrocinador em função da existência de direito incondicional. O plano tem benefício econômico disponível com superávit, na forma de restituição ou redução das contribuições futuras em algum ponto durante a vigência do plano ou quando os passivos do plano forem liquidados. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Empresa, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis. Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em Outros Resultados Abrangentes ("ORA"). A Empresa determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Empresa reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre. **2.12.2. Plano de assistência médica:** A Empresa oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria (plano de assistência médica veteranos) a seus empregados. O plano é de benefício definido. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e à conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. **2.13. Remunerações com base em ações:** A controladora final da Empresa, Unisys Corporation, opera uma série de planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações. Segundo esse plano, os funcionários (diretores) da Empresa são remunerados por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Unisys Corporation, caso sejam atendidas condições estabelecidas no plano. Mesmo que a obrigação de entregar as ações da Unisys Corporation para os funcionários aderidos ao plano não esteja com a Empresa, esta transação é tratada pela Empresa como transação de pagamento baseado em ações liquidadas com títulos patrimoniais. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa com o aumento correspondente reconhecido no patrimônio líquido como "plano de opção de ações". O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no

unisys

UNISYS BRASIL LTDA.

CNPJ nº 33.426.420/0001-93

serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. **2.14. Reconhecimento de receita:** Nos termos do CPC 47, a receita é reconhecida para retratar a transferência de bens ou de serviços os clientes por um valor que reflita a contraprestação à qual Unisys espera ter direito em troca dos referidos bens ou serviços. Todos os serviços prestados pela Unisys são objeto de instrumento contratual, alocado com base na efetiva prestação de serviço e de acordo com a unidade de medida de cada serviço prestado pela Empresa. O reconhecimento ocorre partir da transferência do controle de bens ou serviços aos nossos clientes. **2.15. Perdas para crédito esperado:** São constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração, que inclui a análise das faturas a receber vencidas ou não vencidas. O cálculo considera o histórico de cada cliente, assim como indicadores de desempenho obtido com a área de Collection da Empresa. A metodologia para o cálculo da provisão de créditos de liquidação duvidosa leva em consideração todo o histórico de recebimento e desempenho de nossos clientes independentemente de se encontrarem vencidos ou não. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Empresa use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem provisão para devedores duvidosos, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, provisão para obsolescência, mensuração de instrumentos financeiros e posição do plano de benefício definido e pagamento baseado em ações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente. **Reforma Tributária no Brasil:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. A Empresa e suas controladas estão avaliando junto a seus assessores jurídicos eventuais impactos. **Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Empresa e suas controladas, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabíveis, quando entrarem em vigor. **Alterações ao IFRS 16: Passivo de locação em um sale and leaseback (transação de venda e retroarrendamento):** Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente a NBC TG 06 (R3)) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (NBC TG 06 (R3)). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Empresa. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não-circulante:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente à NBC TG 26 (R5)) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação; • Que o direito de adiar deve existir no final do período das demonstrações contábeis; • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Empresa está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimos existentes podem exigir renegociação. **Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente NBC TG 03 (R3)) e ao IFRS 7 (equivalente à NBC TG 40 (R3)) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Empresa. **Alterações à IFRS 10 e à IAS 28/NBC TG 18 (R2):** Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Empresa. **Alterações à IAS 21 e à NBC TG 02 (R3) :** Ausência de conversibilidade. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Empresa. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG) ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas divulgadas pela Empresa e suas controladas. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem ativos financeiros mensurados a valor justo, conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	22.220	2.718	22.269	2.827
Aplicações financeiras	236.918	319.414	236.918	319.414
Total	**259.138**	**322.132**	**259.187**	**322.241**

As aplicações financeiras constituem-se de Certificados de Depósitos Bancários (CDB), indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI de instituições de primeira linha. Tais aplicações possuem alta liquidez e não possuem qualquer tipo de restrição. Sempre que necessário, a Empresa resgata suas aplicações financeiras para atender necessidades eventuais de caixa, sem que incorra em qualquer tipo de multa ou desconto. A remuneração média das aplicações financeiras no ano de 2023 foi de 16,71% a.a. e no ano de 2022 foi de 10,56% a.a. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o valor contábil de aplicações financeiras em CDBs. **5. Contas a receber de clientes:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Clientes governo	257.940	198.516	257.940	198.516
Clientes comerciais	33.354	23.936	33.354	23.936
Provisão para perdas de crédito esperada	(5.414)	(6.523)	(5.414)	(6.523)
Total	**285.880**	**215.929**	**285.880**	**215.929**
Circulante	271.244	201.352	271.244	201.352
Não circulante	**14.636**	**14.577**	**14.636**	**14.577**

As contas a receber não possuem caráter de financiamento e estão avaliadas e registradas inicialmente pelo valor justo. A Empresa possui duas classes distintas de clientes: (i) clientes governo, representada por entidades cujas atividades estão diretamente previstas no orçamento governamental ou aquelas entidades nas quais o governo detém participação superior a 50% da entidade; e (ii) clientes comerciais, representada pelos demais clientes não relacionados ao governo. **Controladora e consolidado:**

	2023			2022		
	Governo	Comercial	Total	Governo	Comercial	Total
A vencer	**246.202**	**28.830**	**275.032**	**188.752**	**18.720**	**207.472**
Vencidos						
De 1 a 30 dias	4.980	2.874	7.854	2.177	3.465	5.642
De 31 a 90 dias	3	93	96	553	241	794
De 91 a 180 dias	1.067	53	1.120	-	70	70
De 181 a 540 dias	-	102	102	1.172	162	1.334
Acima de 540 dias	5.688	1.402	7.090	5.862	1.278	7.140
(-) Provisão para perdas de crédito esperada	(3.894)	(1.520)	(5.414)	(4.873)	(1.650)	(6.523)
Total	**254.046**	**31.834**	**285.880**	**193.643**	**22.286**	**215.929**

As movimentações na provisão para perdas de contas a receber de clientes são as seguintes:

	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	**(6.523)**	**(6.917)**
Movimento	1.109	394
Saldo final em 31 de dezembro	**(5.414)**	**(6.523)**

A provisão para contas a receber impaired foram registradas no resultado do exercício como "outras despesas operacionais". Os valores debitados à conta de provisão são calculados considerando a expectativa de perda futura da carteira por cliente. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Empresa não mantém nenhuma garantia como título. Em função da expectativa de adimplência de clientes governo que aumentou houve uma redução no percentual de perda esperada ocasionado uma diminuição de reserva. **6. Estoques**

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Peças	2.254	3.259
Equipamentos	21.613	2.681
Provisão para obsolescência	(3.584)	(2.655)
Total	**20.283**	**3.285**

7. Impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IPI	117	-	117	-
Imposto de renda	-	2.277	1.226	4.473
Contribuição social	-	-	-	1.009
Total	**117**	**2.277**	**1.343**	**5.482**
Circulante	117	2.277	117	4.256
Não circulante	-	-	1.226	1.226

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo de imposto diferido	104.044	91.792	106.184	94.427
Passivo de imposto diferido	(41.346)	(27.609)	(41.346)	(27.609)
Total	**62.698**	**64.183**	**64.838**	**66.818**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Impostos diferidos calculados sobre				
Provisão para contingências e outros impostos	14.547	15.336	14.663	15.472
Provisão para fornecedores e outras provisões	47.330	35.334	49.268	37.083
Provisão para desvalorização investimento em incentivos fiscais	6.358	6.358	6.358	6.358
Provisão para devedores duvidosos	1.313	1.657	1.313	1.657
Provisão para perda em contratos	3.864	3.904	3.864	3.904
Provisão para obsolescência	1.218	903	1.218	903
Prejuízo fiscal	-	-	-	750
Plano de pensão e assistência médica	19.915	20.348	19.915	20.348
Receita diferida	8.277	7.133	8.277	7.133
Partes relacionadas	83	19	83	19
Receita reconhecida e não faturada	(40.246)	(27.751)	(40.246)	(27.751)
Outros	39	942	125	942
Total	**62.698**	**64.183**	**64.838**	**66.818**

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Em 1º de janeiro	64.183	74.629	66.818	79.401
Efeito no resultado (Nota Explicativa no 26)	(86)	(20.494)	(581)	(22.631)
Imposto diferido - Outros resultados abrangentes	(1.399)	10.048	(1.399)	10.048
Total	**62.698**	**64.183**	**64.838**	**66.818**

Expectativa de realização	2023	2022	2023	2022
2023	-	7.951	-	9.322
2024	9.493	8.606	10.841	9.145
2025	8.887	8.606	9.163	8.770
2026	7.755	8.169	8.049	8.450
2027	7.570	9.526	7.792	9.806
2028	9.177	21.325	9.177	21.325
2029	19.816	-	19.816	
Total	**62.698**	**64.183**	**64.838**	**66.818**

9. Partes relacionadas: A Empresa é controlada pela Unisys South America L.L.C. que detém 99,99% das ações da Empresa. A controladora final da Empresa é a Unisys Corporation (constituída nos Estados Unidos da América). Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a controladora e com as empresas ligadas. Conforme as práticas de mercado em relação a preço e condições gerais. **Vendas de produtos e serviços - Controladora:** As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	2023	2022
Vendas de produtos		
À controladora final e empresas ligadas a controladora final	-	-
Compra de produtos		
À controladora final e empresas ligadas a controladora final	16.355	7.586
Compra de serviços		
À controladora final e empresas ligadas a controladora final	(154.444)	(100.952)
Receita de juros intercompany		
À controladora final e empresas ligadas a controladora final	6.260	3.299
Vendas de serviços		
À controladora final e empresas ligadas a controladora final (serviços jurídicos e administrativos)	19.450	16.272

Saldos com partes relacionadas - Controladora:

2023	Valores a receber	Empréstimos concedidos	Valores a pagar	Empréstimos obtidos	Saldo líquido
Unisys Sudamericana	9.728	71.383	-	-	**81.111**
Uruguai Ushuo	127.961	-	-	-	**127.961**
Unisys Corporation	142.243	-	(334.564)	-	**(192.321)**
Unisys Tecnologia	-	13.434	-	-	**13.434**
Unisys Colombia	45.925	-	(5.859)	-	**40.066**
Unisysy Chile	11.476	-	-	-	**11.476**
UTS - Rionegro	105	-	(10.602)	-	**(10.497)**
Unisys Informática	-	-	(14.544)	-	**(14.544)**
Unisys Peru	2.998	-	-	-	**2.998**
Unisys Mexico	3.948	-	(1.958)	-	**1.990**
Unisys Techinal Ser	280	-	(4.022)	-	**(3.742)**
Unisys de Centro America	1.993	-	(61)	-	**1.932**
Unisys Nederland N.V	-	-	(26.160)	-	**(26.160)**
Unisys Ltd (UK Mktg)	13	-	(2.209)	-	**(2.196)**
Outros	374	-	(1.002)	-	**(628)**
Total	**347.044**	**84.817**	**(400.981)**	**-**	**30.880**

2022	Valores a receber	Empréstimos concedidos	Valores a pagar	Empréstimos obtidos	Saldo líquido
Unisys Sudamericana	8.896	76.933	-	-	85.829
Uruguai Ushuo	131.395	-	-	-	131.395
Unisys Corporation	138.931	-	(355.513)	-	(216.582)
Unisys Tecnologia	-	16.771	-	-	16.771
Unisys Colombia	45.736	-	(6.847)	-	38.889
Unisysy Chile	11.402	-	-	-	11.402
UTS - Rionegro	-	-	(10.738)	-	(10.738)
Unisys Informática	5.641	-	-	-	5.641
Unisys Peru	3.396	-	-	-	3.396
Unisys Mexico	3.578	-	(2.083)	-	1.495
Unisys Techinal Ser	277	-	(3.957)	-	(3.680)
Unisys de Centro America	2.306	-	(65)	-	2.241
Unisys Nederland N.V	-	-	(36.764)	-	(36.764)
Unisys Ltd (UK Mktg)	85	-	(2.178)	-	(2.093)
Outros	364	-	(369)	-	(5)
Total	**352.007**	**93.704**	**(418.514)**	**-**	**27.197**

Saldos com partes relacionadas - Consolidado

2023	Valores a receber	Empréstimos concedidos	Valores a pagar	Empréstimos obtidos	Saldo líquido
Unisys Sudamericana	9.728	71.383	-	-	81.111
Uruguai Ushuo	127.961	-	-	-	127.961
Unisys Corporation	201.194	-	(364.252)	-	(163.058)
Unisys Colombia	45.950	-	(5.859)	-	40.091
Unisysy Chile	11.476	-	-	-	11.476
UTS - Rionegro	105	-	(10.602)	-	(10.497)
Unisys Peru	2.998	-	-	-	2.998
Unisys Mexico	4.130	-	(1.958)	-	2.172
Unisys Techinal Ser	280	-	(4.022)	-	(3.742)
Unisys de Centro America	1.993	-	(61)	-	1.932
Unisys Nederland N.V	-	-	(26.160)	-	(26.160)
Unisys Ltd (UK Mktg)	14	-	(2.209)	-	(2.195)
Outros	459	-	(1.132)	-	(673)
Total	**406.288**	**71.383**	**(416.255)**	**-**	**61.416**

2022	Valores a receber	Empréstimos concedidos	Valores a pagar	Empréstimos obtidos	Saldo líquido
Unisys Sudamericana	8.906	76.933	-	-	85.839
Uruguai Ushuo	131.395	-	-	-	131.395
Unisys Corporation	202.149	-	(383.779)	-	(181.630)
Unisys Colombia	45.834	-	(6.847)	-	38.987
Unisysy Chile	11.402	-	-	-	11.402
UTS - Rionegro		-	(10.738)	-	(10.738)
Unisys Peru	3.396	-	-	-	3.396
Unisys Mexico	3.594	-	(2.083)	-	1.511
Unisys Techinal Ser	277	-	(3.957)	-	(3.680)
Unisys de Centro America	2.306	-	(65)	-	2.241
Unisys Nederland N.V	-	-	(36.764)	-	(36.764)
Unisys Ltd (UK Mktg)	85	-	(2.178)	-	(2.093)
Outros	443	-	(504)	-	(61)
Total	**409.787**	**76.933**	**(446.915)**	**-**	**39.805**

Os empréstimos entre partes relacionadas foram concedidos a uma taxa de juros de Libor +3%. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o valor contábil de empréstimos concedidos e contas a receber com partes relacionadas apresentados acima. **Remuneração do pessoal-chave da administração:** Em 2023, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção da Empresa, totalizou R$ 5.504 (R$ 6.940 em 2022) e inclui salários e benefícios. A remuneração baseada em ações está divulgada na Nota Explicativa no 17.

10. Depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Tributária	27.049	30.560	33.575	37.086
Trabalhista	3.870	4.689	4.276	5.126
Total	**30.919**	**35.249**	**37.851**	**42.212**
Circulante	774	938	855	1.025
Não circulante	**30.145**	**34.311**	**36.996**	**41.187**

11. Investimentos:

	Controladora	
	2023	2022
Unisys Informática	35.786	28.651
Unisys Tecnologia (provisão para perda em investimento) **(a)**	(12.383)	(15.839)
Total	**23.403**	**12.812**

(a) Referente ao patrimônio líquido negativo.

31 de dezembro de 2023 - Empresas	Informática	Tecnologia
Patrimônio líquido	35.786	(12.383)
% participação	99,99%	99,99%
Valor do investimento	**35.786**	**(12.383)**

31 de dezembro de 2022 - Empresas	Informática	Tecnologia
Patrimônio líquido	28.651	(15.839)
% participação	99,99%	99,99%
Valor do investimento	**28.651**	**(15.839)**

	2023	2022
Em 1º de janeiro	12.812	11.732
Participação nos lucros de controladas	10.591	1.080
Em 31 de dezembro	**23.403**	**12.812**

participação da Empresa nos resultados das principais controladas diretas, todas empresas de capital fechado, como também no total de seus ativos e passivos:

31 de dezembro de 2023	Ativo	Passivo	Receita líquida	Lucro
Unisys Informática	83.669	47.883	29.087	7.134
Unisys Tecnologia	2.320	14.703	-	3.457

31 de dezembro de 2022	Ativo	Passivo	Receita líquida	Lucro
Unisys Informática	76.445	47.794	19.942	4.147
Unisys Tecnologia	2.318	18.157	-	(3.067)

12. Imobilizado: a) Controladora:

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Bens Alugados (direito de uso)	Total
Em 31/12/2021						
Custo	74.606	17.337	14.974	94.117	22.542	223.576
Depreciação acumulada	(69.464)	(17.278)	(11.380)	(90.468)	(17.004)	(205.594)
Valor contábil líquido	**5.142**	**59**	**3.594**	**3.649**	**5.538**	**17.982**
Aquisições	5.717	103	113	6.972	-	12.905
Alienações e baixas	(44.109)	(6.006)	(5.217)	(46.378)	-	(101.710)
Transferência - custo	-	262	-	(262)	-	-
Depreciação do exercício	(2.226)	(116)	(953)	(4.320)	(4.162)	(11.777)
Baixa de depreciação	44.067	6.006	4.945	46.488	-	101.506
Movimentação contábil líquida	**3.449**	**249**	**(1.112)**	**2.500**	**(4.162)**	**924**
Em 31/12/2022						
Custo	36.214	11.696	9.870	54.449	22.542	134.771
Depreciação acumulada	(27.623)	(11.388)	(7.388)	(48.300)	(21.166)	(115.865)
Valor contábil líquido	**8.591**	**308**	**2.482**	**6.149**	**1.376**	**18.906**
Aquisições	666	-	-	2.565	2.818	6.049
Alienações e baixas	(10.971)	-	(510)	(15.507)	-	(26.988)
Transferência - custo	-	-	(38)	(267)	-	(305)
Depreciação do exercício	(3.012)	(88)	(892)	(6.432)	(2.231)	(12.655)
Transferência - depreciação	-	-	-	87	-	87
Baixa de depreciação	10.930	-	492	15.507	-	26.929
Movimentação contábil líquida	**(2.387)**	**(88)**	**(948)**	**(4.047)**	**587**	**(6.883)**
Em 31/10/2023						
Custo	25.909	11.696	9.322	41.240	25.360	113.527
Depreciação acumulada	(19.705)	(11.476)	(7.788)	(39.138)	(23.397)	(101.504)
Valor contábil líquido	**6.204**	**220**	**1.534**	**2.102**	**1.963**	**12.023**

As baixas ocorridas durante o ano são em função da restruturação física ocorrida de 2021 a 2023, sendo feito um trabalho de revisão dos ativos visando manter o controle dos bens que estão operacionais, conforme CPC 27. **b) Consolidado**

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Bens Alugados - CPC06	Total
Em 31/12/2021						
Custo	77.465	18.937	15.951	96.199	25.325	233.877
Depreciação acumulada	(71.846)	(18.878)	(12.326)	(92.524)	(18.144)	(213.718)
Valor contábil líquido	**5.619**	**59**	**3.625**	**3.675**	**7.181**	**20.159**
Aquisições	5.968	178	219	6.972	-	13.337
Alienações e baixas	(45.365)	(7.014)	(6.072)	(48.148)	-	(106.599)
Transferência - custo	(137)	262	439	(564)	-	-
Depreciação do exercício	(2.429)	(118)	(862)	(4.321)	(4.452)	(12.182)
Transferência - depreciação	146	-	(423)	277	-	-
Baixa de depreciação	45.323	7.014	5.795	48.258	-	106.390
Movimentação contábil líquida	**3.506**	**322**	**(904)**	**2.474**	**(4.452)**	**946**
Em 31/12/2022						
Custo	37.931	12.363	10.537	54.459	25.325	140.615
Depreciação acumulada	(28.806)	(11.982)	(7.816)	(48.310)	(22.596)	(119.510)
Valor contábil líquido	**9.125**	**381**	**2.721**	**6.149**	**2.729**	**21.105**
Aquisições	851	111	-	2.565	2.818	6.345
Alienações e baixas	(11.380)	(592)	(898)	(15.507)	-	(28.377)
Transferência - custo	(466)	80	347	(267)	-	(306)
Depreciação do exercício	(3.156)	(151)	(956)	(6.432)	(2.793)	(13.488)
Transferência - depreciação	325	(15)	(311)	87	-	86
Baixa de depreciação	11.335	592	762	15.507	-	28.196
Movimentação contábil líquida	**(2.491)**	**25**	**(1.056)**	**(4.047)**	**25**	**(7.544)**
Em 31/12/2023						
Custo	**26.936**	**11.962**	**9.986**	**41.250**	**28.143**	**118.277**
Depreciação acumulada	(20.302)	(11.556)	(8.321)	(39.148)	(25.389)	(104.716)
Valor contábil líquido	**6.634**	**406**	**1.665**	**2.102**	**2.754**	**13.561**

As baixas ocorridas durante o ano são em função da restruturação física ocorrida em 2021/2022/2023, sendo feito um trabalho de revisão dos ativos visando manter o controle dos bens que estão operacionais, conforme CPC 27. **13. Fornecedores:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores nacionais	25.687	22.991	26.204	23.914
Fornecedores estrangeiros	91	744	92	744
Outras contas a pagar (i)	36.310	4.166	36.310	4.200
Total	**62.088**	**27.901**	**62.606**	**28.858**

A variação refere-se principalmente à projetos que foram executados próximos ao encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

14. Obrigações trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Férias a pagar	17.014	16.269	17.593	16.799
Participações no resultado	7.194	6.459	7.194	6.459
Bônus e comissões a pagar	14.019	6.707	14.087	6.914
Indenização	314	172	314	179
Outros	711	630	713	641
Total	**39.252**	**30.237**	**39.901**	**30.992**

15. Impostos e contribuições a recolher:

	2023	2022	2023	2022
Imposto sobre transações entre empresas do grupo	163.639	169.256	175.762	180.341
INSS	2.792	2.700	2.902	2.805
PIS/Cofins	7.375	6.642	8.687	6.807
ISS	3.690	2.774	4.399	2.856
Outros	2.418	3.771	2.498	3.844
Total	**179.914**	**185.143**	**194.248**	**196.653**
Circulante	134.601	141.092	144.839	149.173
Não circulante	45.313	44.051	49.409	47.480

Os impostos sobre transações entre empresas do grupo incluem ISS, Pis, Cofins, Cide e Imposto de renda na fonte sobre importação de bens e serviços. **16. Benefício pós emprego: a) Plano de pensão:** A Empresa patrocina plano de pensão de benefício definido no Brasil com base no salário do funcionário e no tempo de serviço do mesmo. O plano é financiado externamente, onde os ativos do plano são mantidos em trustes, fundações ou entidades similares. As entidades são regidas pelas regulamentações locais, como também pela relação da Empresa com seus agentes fiduciários (ou equivalentes) e a composição dos mesmos. Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	2023	2022
Valor presente da obrigação atuarial	18.211	23.979
Valor justo dos ativos	(14.717)	(14.570)
Total	**3.494**	**9.409**
(Superávit)/Déficit do plano		
Receitas/(despesas) reconhecidas na demonstração de resultado		
Custo financeiro	2.236	2.073
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(1.313)	(1.410)
Total	**923**	**663**
Redimensionamento de custo incluído em outros resultados abrangentes		
Efeito de alteração de premissa financeira	1.221	(1.157)
Efeito da experiência do plano	(7.033)	1.412
Rendimento sobre o valor justo do plano	82	1.180
Total	**(5.730)**	**1.435**

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial	**23.979**	**23.936**
Custo financeiro	2.235	2.073
Benefícios pagos	(2.191)	(2.285)
Ganhos atuariais	(5.812)	255
Total	**18.211**	**23.979**

O valor justo do ativo por classes é o seguinte:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
Instrumentos de patrimônio (segregados por tipo de setor, porte da empresa, geografia etc.)		
Títulos atrelados à inflação (IMA-B5+)	14.717	14.570
Total	**14.717**	**14.570**

A movimentação do valor justo dos ativos do plano durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial	**14.570**	**16.625**
Retorno esperado do ativo para o plano	1.312	1.410
Benefícios pagos	(2.191)	(2.285)
Contribuições pagas pela empresa	1.108	-
Ganhos/(perdas) atuariais	(82)	(1.180)
Total	**14.717**	**14.570**

unisys

UNISYS BRASIL LTDA.

CNPJ nº 33.426.420/0001-93

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	2023	2022
Taxa de desconto nominal	9,13%	9,81%
Taxa de inflação	3,50%	3,50%
Retorno esperado sobre os ativos do plano	9,13%	9,81%
Aumentos de planos de pensão futuros	3,50%	3,50%

Análise de sensibilidades nas hipóteses adotadas:

	2023	2022
Valor presente das obrigações de benefício definido		
Taxa de desconto nominal (-1%) - 8,13%	20.216	25.831
Taxa de desconto nominal (+1%) - 10,13%	16.452	22.353

Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos de um pensionista:

	2023	2022
Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,5	20,5
Aposentadoria em 25 anos (idade atual 40 anos)	20,5	20,5

O retorno esperado sobre os ativos do plano é determinado mediante a consideração dos retornos disponíveis sobre os ativos que apoiam a atual política de investimento. Os rendimentos esperados sobre os investimentos de juros fixos baseiam-se em rendimentos brutos de resgate na data do balanço. Os retornos esperados sobre os investimentos de capital e de bens refletem as taxas reais de longo prazo do retorno obtido nos mercados respectivos. **b) Plano de assistência médica veteranos:** A Empresa opera um plano de assistência médica. O método de contabilização, as premissas e frequências das avaliações atuariais são semelhantes às do plano de pensão. O plano de assistência médica não é financiado. Os valores reconhecidos são os seguintes:

	2023	2022
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado		
Custo financeiro	5.369	1.962
Total	**5.369**	**1.962**

	2023	2022
Resultado da obrigação reconhecida na demonstração de resultado abrangente		
Efeito das alterações de premissas demográficas	-	-
Efeito na alteração das premissas financeiras	6.114	37.861
Efeito da experiência do plano	(4.499)	(9.743)
Total	**1.615**	**28.118**

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	2023	2022
Taxa de desconto nominal	9,22%	10,11%
Taxa de inflação	3,50%	3,50%

Análise de sensibilidades nas hipóteses adotadas:

	2023	2022
Valor presente das obrigações de benefício definido		
Taxa de desconto nominal + 100 pontos básicos	64.717	58.722
Taxa de desconto nominal - 100 pontos básicos	47.330	43.919
Impacto na duration média da obrigação de benefício definido		
Taxa de desconto nominal + 100 pontos básicos	9,72	10,61
Taxa de desconto nominal - 100 pontos básicos	8,72	9,61

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial	**50.439**	**22.938**
Custo do serviço	464	-
Custo financeiro	4.906	1.961
Benefícios pagos	(2.346)	(2.578)
Perdas/(ganhos) atuariais	1.615	28.118
Total	**55.078**	**50.439**

17. Remunerações com base em ações: A controladora final da Empresa, Unisys Corporation, opera uma série de planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações. Segundo esse plano, os funcionários (diretores) da Empresa são remunerados por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Unisys Corporation, caso sejam atendidas condições estabelecidas no plano. Mesmo que a obrigação de entregar as ações da Unisys Corporation para os funcionários aderidos ao plano não esteja com a Empresa, esta transação é tratada pela Empresa como transação de pagamento baseado em ações liquidadas com títulos patrimoniais. Há dois planos implementados pela Unisys Corporation: plano de outorga das opções de compra de ações e plano de outorga de ações. A aderência ao plano, quantidade dos funcionários e ações (opções) a serem outorgadas é determinado e aprovado pelo Comitê de Remuneração do Conselho da Unisys Corporation. O período de aquisição dos planos é determinado na data de outorga e geralmente é de três anos. O valor justo das opções e ações dos planos é definido na data de outorga com base no preço de fechamento da ação da Unisys Corporation na Bolsa de Valores de Nova York. As variações na quantidade de opções e ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	2023			
	Preço médio de exercício por ação em reais	Opções	Preço médio de exercício por ação em reais	Ações
Em 01/01	-	-	-	-
Outorgadas	-	-	-	-
Vencidas	-	-	-	-
Em 31/12	-	-	-	-

	2022			
	Preço médio de exercício por ação em reais	Opções	Preço médio de exercício por ação em reais	Ações
Em 01/01	76,54	1.500	-	-
Outorgadas	-	-	-	-
Vencidas	76,54	(1.500)	-	-
Em 31/12	-	-	-	-

Plano de opção de compra de ações	2023	2022
Reserva de capital (em milhares de R$)	-	-
Número de opções a exercer (quantidade)	-	-
Total registrado no patrimônio líquido	-	-
Efeito anual no resultado	-	114

18. Provisão para contingências: A Empresa é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue: **Controladora:**

	Provisão 2023	Provisão 2022
Tributárias		
ISS	6.915	6.713
PIS/Cofins	8.681	11.386
Trabalhistas	**33.319**	**33.723**
Total	**48.915**	**51.822**
Circulante	6.664	6.745
Não circulante	42.251	45.077

A movimentação das provisões para contingências nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser assim demonstrada:

	2023	2022
Saldo inicial antes de compensar depósitos judiciais	51.822	50.915
Adições	2.273	2.995
Juros/atualizações	5.056	6.284
Reversões	(10.236)	(8.372)
Saldo final	**48.915**	**51.822**

Consolidado:

	Provisão 2023	Provisão 2022
Tributárias		
ICMS	13	13
ISS	6.915	6.713
PIS/Cofins	8.681	11.387
Civil	-	-
Trabalhistas	**33.827**	**34.269**
Total	**49.436**	**52.382**
Circulante	6.766	6.854
Não circulante	42.670	45.528

A movimentação das provisões para contingências nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser assim demonstrada:

	2023	2022
Saldo inicial antes de compensar depósitos judiciais	**52.382**	**60.713**
Adições	2.279	3.025
Juros/atualizações	5.125	7.464
Reversões	(10.350)	(18.820)
Saldo final	**49.436**	**52.382**

Em 2023 existem outros processos tributários significativos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R$ 606.728, com carta de fiança totalizando R$ 568.947 para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, distribuídos nas seguintes causas:

	2023	2022
Auto de infração ISS	343.202	316.992
Auto de infração ICMS	88.631	80.657
Finsocial	53.173	51.846
Compensação de tributos com créditos de terceiros	53.689	53.758
Plano Real	41.471	40.397
Auto de Infração IR e CS	4.841	9.254
Divergência em DCTF	-	8.180
Divergência em Perdcomp	6.690	23.621
Auto de infração INSS	4.509	7.375
Diversos auto de infração	10.522	12.127
Total	**606.728**	**604.207**

Em conformidade com a legislação em vigor, as declarações de imposto de renda da Empresa correspondentes aos cinco últimos anos estão sujeitas à revisão e ao eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais. Demais impostos e contribuições estão sujeitos a revisões similares por prazos prescricionais variáveis. **19. Receita diferida:**O saldo de receita diferida em 2023 é de R$ 25.643 (2022 - R$ 23.079). Este saldo representa serviços da Empresa que ainda não foram prestados, porém já faturados. Em alguns casos específicos, a Empresa ainda não havia recebido o termo de aceitação do cliente. **20. Patrimônio líquido a) Capital social:** O capital social é representado por 6.030 quotas no valor nominal de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais) de posse das seguintes Empresas:

	Em milhares de quotas 2023	%	Em milhares de quotas 2022	%
Unisys South America L.L.C	6	99,99	6	99,99
Unisys Global Holding B.V.	-	0,01	-	0,01
Total	**6**	**100**	**6**	**100**

b) Reserva de capital: A reserva de capital é constituída: **(a)** Pelo plano de remuneração baseado em ações, conforme detalhado no Nota Explicativa no 17; e **(b)** O valor remanescente do acervo líquido da Datamec, equivalente a R$ 12. **c) Dividendos – controladora:** Os dividendos foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**225.370**	**193.751**
Base de cálculo dos dividendos	**225.370**	**193.751**
Dividendos pagos		
Dividendos pagos no exercício	(235.751)	(215.680)
Total de dividendos pagos	**(235.751)**	**(215.680)**

Os dividendos foram distribuídos conforme aprovação em ata de reunião dos sócios de junho, setembro e dezembro de 2023 devidamente registrada na Jucesp sob os números 2.054.558/23-0, 2.371.235/23-4 e 2.941.777/23-4, respectivamente. **21. Receita operacional líquida:**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Venda de mercadorias	7.688	7.278	7.688	7.278
Outsourcing/serviço de TI	530.342	420.966	530.342	420.966
Manutenção	100.135	99.365	100.135	99.365
Software	157.550	168.083	157.550	168.083
Suporte HW e SW	34.053	39.464	34.054	39.464
Exportação de serviços - TI	19.450	15.227	20.335	15.995
Aluguel	1.370	1.481	1.370	1.481
Serviços compartilhados	-	1.218	-	-
Total	**850.588**	**753.082**	**851.474**	**752.632**
Imposto sobre serviços e outras deduções				
PIS e Cofins	(71.990)	(61.971)	(71.990)	(61.859)
ISS	(21.201)	(19.153)	(21.201)	(19.093)
ICMS	(2.193)	(598)	(2.193)	(598)
Cancelamentos (*)	(19.607)	(2.851)	(19.607)	(2.851)
Total	**(114.991)**	**(84.573)**	**(114.991)**	**(84.401)**
Total	**735.597**	**668.509**	**736.483**	**668.231**

(*) Em 2023, o aumento se refere notas canceladas que foram reemitidas de forma correta dentro do período. Os principais motivos para a variação positiva nas receitas de serviços foram o aumento de escopo, volumetria e atualização de tecnologia de software. **22. Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados:**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Custo das mercadorias vendidas	(3.151)	(3.418)	(3.151)	(3.418)
Software	(88.686)	(58.049)	(88.686)	(58.049)
Pecas	(1.160)	(1.703)	(1.160)	(1.703)
Serviços internacionais - intercompanhia	(3.210)	(7.171)	(3.210)	(7.171)
Remunerações e encargos	(159.609)	(136.432)	(166.860)	(142.855)
Serviços de terceiros	(34.700)	(26.062)	(7.397)	(7.822)
Frete	(1.685)	(1.872)	(1.685)	(1.872)
Viagens e estadias	(8.301)	(7.825)	(8.323)	(7.828)
Manutenção	(10.640)	(9.799)	(10.893)	(10.190)
Gerais	(1.965)	(2.263)	(2.449)	(2.737)
Depreciação e amortização Participação nos resultados	(14.972)	(11.608)	(15.644)	(11.911)
dos empregados	(7.466)	(3.979)	(7.466)	(3.979)
Outros	(6.701)	(6.174)	(6.971)	(6.454)
Total	**(342.246)**	**(276.355)**	**(323.895)**	**(265.989)**

23. Despesas gerais e administrativas:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Remunerações e encargos	(42.129)	(44.101)	(42.761)	(36.258)
Serviços de terceiros	(5.400)	(5.358)	(5.429)	(5.596)
Depreciação e amortização	(4.809)	(5.409)	(4.967)	(5.506)
Viagens e estadas	(491)	(577)	(493)	(577)
Participação nos resultados	(2.182)	(1.350)	(2.206)	(1.365)
Manutenção	(1.426)	(423)	(1.431)	(418)
Despesas corporativas	(38.659)	(48.907)	(43.310)	(54.892)
Impostos e taxas	(8.550)	(9.562)	(9.247)	(10.482)
Comunicação	(825)	(1.029)	(1.269)	(1.376)
Gerais	(15.678)	(2.991)	(16.120)	(6.520)
Total	**(120.149)**	**(119.707)**	**(127.233)**	**(122.990)**

24. Outras receitas (despesas):

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Multa contratual	-	914	-	914
Cancelamento fora do prazo	(1.064)	(184)	(1.064)	(184)
Outras receitas/(despesas)	468	1.588	434	1.668
Total	**(596)**	**2.318**	**(630)**	**2.398**

25. Resultado financeiro:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas financeiras				
Variação cambial ativa	9.425	7.351	10.059	7.756
Juros	12.715	5.582	12.715	5.582
Rendimentos de aplicações financeiras	41.929	37.672	41.929	37.672
Variação monetária ativa	3.853	306	3.979	558
Outros	294	585	314	622
Total	**68.216**	**51.496**	**68.996**	**52.190**
Despesas financeiras				
Juros	(6.865)	(4.723)	(7.376)	(5.215)
Carta de Crédito	(25.919)	(23.146)	(25.941)	(23.584)
Variação cambial passiva	(3.615)	(5.603)	(6.023)	(8.457)
Outros	(3.575)	(4.006)	(4.051)	(4.584)
Total	**(39.974)**	**(37.478)**	**(43.391)**	**(41.840)**
Total	**28.242**	**14.018**	**25.605**	**10.350**

26. Imposto de renda e contribuição social:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro antes do IR e CS	**311.439**	**289.863**	**310.330**	**292.000**
IR e CS, calculados à alíquota estatutária (34%)	**105.889**	**98.553**	**105.512**	**99.280**
Ajustes para apuração da alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	(3.600)	(367)	-	-
Crédito Fiscal (*)	(17.547)	-	(17.547)	-
Litígio zero	3.704	-	(985)	-
Dedução PAT	(823)	(913)	(879)	(913)
Incentivo fiscal	(2.112)	(1.540)	(2.112)	(1.540)
Outros	558	379	971	1.422
Total	**(19.820)**	**(2.441)**	**(20.552)**	**(1.031)**
Despesa/(receita) de IR e CS, de acordo com a demonstração do resultado	**86.069**	**96.112**	**84.960**	**98.249**
Despesa/(receita) IR e CS corrente	85.983	75.618	84.379	75.618
Despesa/(receita) IR e CS diferido	86	20.494	581	22.631
Total	**86.069**	**96.112**	**84.960**	**98.249**
Alíquota efetiva	**27,64%**	**33,16%**	**27,38%**	**33,65%**

(*) Crédito fiscal referente a ganho de processo judicial – exclusão da base de juros na repetição de indébito. **27. Gestão de risco financeiro: 27.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Empresa expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Empresa se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Empresa. A tesouraria da Empresa identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. **a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** A Empresa está exposta ao risco cambial decorrente da exposição de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial ocorre quando operações comerciais, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da Empresa. A tabela a seguir resume a exposição ao risco de taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Na tabela, estão incluídos os ativos e passivos financeiros ao valor contábil, categorizados por moeda.

Em 31 de dezembro de 2023	Controladora Reais	Dólares norte americanos	Total
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	249.073	10.065	259.138
Contas a receber de clientes	285.880	-	285.880
Empréstimos com partes relacionadas	13.434	71.383	84.817
Contas a receber com partes relacionadas	-	347.044	347.044
Outros créditos e valores a receber	25.158	-	25.158
Total	**573.545**	**428.492**	**1.002.037**
Passivos financeiros			
Fornecedores	(61.996)	(92)	(62.088)
Obrigações trabalhistas	(39.252)	-	(39.252)
Contas a pagar com partes relacionadas	(14.544)	(386.437)	(400.981)
Outras contas a pagar	6.999	-	6.999
Total	**(108.793)**	**(386.529)**	**(495.322)**
Exposição líquida	**464.752**	**41.963**	**506.715**

Em 31 de dezembro de 2022	Controladora Reais	Dólares norte americanos	Total
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	321.891	241	322.132
Contas a receber de clientes	215.929	-	215.929
Empréstimos com partes relacionadas	16.771	76.933	93.704
Contas a receber com partes relacionadas	5.641	346.366	352.007
Outros créditos e valores a receber	18.536	-	18.536
Total	**578.768**	**423.540**	**1.002.308**
Passivos financeiros			
Fornecedores	(27.157)	(744)	(27.901)
Obrigações trabalhistas	(30.237)	-	(30.237)
Contas a pagar com partes relacionadas	-	(418.514)	(418.514)
Outras contas a pagar	(6.878)	-	(6.878)
Total	**(64.272)**	**(419.258)**	**(483.530)**
Exposição líquida	**514.496**	**4.282**	**518.778**

Em 31 de dezembro de 2023	Consolidado Reais	Dólares norte americanos	Total
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	249.122	10.065	259.187
Contas a receber de clientes	285.880	-	285.880
Empréstimos com partes relacionadas	-	71.383	71.383
Contas a receber com partes relacionadas	-	406.288	406.288
Outros créditos e valores a receber	25.475	-	25.475
Total	**490.526**	**493.286**	**983.812**
Passivos financeiros			
Fornecedores	(62.514)	(92)	(62.606)
Obrigações trabalhistas	(39.901)	-	(39.901)
Contas a pagar com partes relacionadas	-	(416.255)	(416.255)
Outras contas a pagar	(6.999)	-	(6.999)
Total	**(109.414)**	**(416.347)**	**(525.761)**
Exposição líquida	**381.112**	**76.939**	**458.051**

Em 31 de dezembro de 2022	Consolidado Reais	Dólares norte americanos	Total
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	322.000	241	322.241
Contas a receber de clientes	215.929	-	215.929
Empréstimos com partes relacionadas	-	76.933	76.933
Contas a receber com partes relacionadas	-	409.787	409.787
Outros créditos e valores a receber	18.765	-	18.765
Total	**556.694**	**486.961**	**1.043.655**
Passivos financeiros			
Fornecedores	(28.114)	(744)	(28.858)
Obrigações trabalhistas	(30.992)	-	(30.992)
Contas a pagar com partes relacionadas	-	(446.915)	(446.915)
Outras contas a pagar	(6.878)	-	(6.878)
Total	**(65.984)**	**(447.659)**	**(513.643)**
Exposição líquida	490.710	39.302	530.012

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros - Controladora e Consolidado: Exposição às taxas de juros para aplicações financeiras – CDI e empréstimos concedidos Libor + (3% a.a.) no ativo e passivo circulante e não circulante pode ser demonstrada conforme a seguir:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativos financeiros				
Libor	418.427	423.299	483.221	493.457
CDI	236.918	319.414	236.918	319.414
Total	**655.345**	**742.713**	**720.139**	**812.871**
Passivos financeiros				
Libor	**(386.437)**	**(418.514)**	**(446.915)**	**(425.229)**

(iii) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, depósitos em bancos e instituições financeiras, aplicação financeira e empréstimos, bem como de exposições de crédito de contas a receber com clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados pela Cobrança. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A Nota Explicativa no 5 traz divulgação adicional sobre risco de crédito. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. Depósitos e contas correntes, aplicações em CDBs incluídos em caixa e equivalente de caixa são com bancos de primeira linha e empréstimos são com partes relacionadas sem nenhuma inadimplência no passado. Depósitos vinculados compõem das aplicações em fundos de investimentos e títulos públicos. Os fundos de investimento possuem na sua carteira aplicações nos títulos públicos federais, títulos de renda fixa de emissão de instituições financeiras de primeira linha e cotas de outros fundos de investimento. **(iv) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Empresa e agregada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para tesouraria. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas correntes, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez o bastante para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratado.

	Controladora Menos de 01 ano	Entre 01 e 02 anos	Entre 02 e 05 anos	Acima de 05 anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	62.088	-	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	-	400.981	-	-
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	27.901	-	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	-	418.514	-	-

27. Gestão de capital: Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos. Condizente com outras Empresas do setor, a Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total (incluindo de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	2023	2022
Total dos contas a pagar com partes relacionadas (Nota Explicativa no 9)	**400.981**	**418.514**
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa no 5)	(259.138)	(322.132)
Dívida líquida (a)	**141.843**	**96.382**
Total do patrimônio líquido (b)	**329.610**	**337.275**
Total do capital (a + b)	**471.453**	**433.657**
Índice de alavancagem financeira - %	30%	22%

O capital não é administrado ao nível do Consolidado, somente ao nível da controladora. **28. Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos. As aplicações em CDBs não são negociadas em mercados ativos e são indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) de instituições de primeira linha, com o reconhecimento de atualizações de CDI na rubrica "resultado financeiro" no período em que ocorrem. Devido à específica destes instrumentos, que podem ser resgatas só pelo banco emissor destes títulos e que a taxa de CDI já reflete a posição de mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações em CDB indexado esteja próximo de seu valor justo. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. A Empresa aplica CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); e • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). A tabela a seguir apresenta os ativos da Empresa e do Grupo pelo valor justo em 31 de dezembro de 2023:

Ativos	Controladora Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado				
Aplicações em CDBs	-	236.918	-	236.918
Total do ativo	**-**	**236.918**	**-**	**236.918**

Ativos	Consolidado Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado				
Aplicações em CDBs	-	236.918	-	236.918
Total do ativo	**-**	**236.918**	**-**	**236.918**

A tabela a seguir apresenta os ativos da Empresa e do Grupo pelo valor justo em 31 de dezembro de 2022:

Ativos	Controladora Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado				
Aplicações em CDBs	-	319.914	-	319.914
Total do ativo	**-**	**319.914**	**-**	**319.914**

Ativos	Consolidado Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado				
Aplicações em CDBs	-	319.914	-	319.914
Total do ativo	**-**	**319.914**	**-**	**319.914**

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos registrados pelo valor justo por meio do resultado) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Empresa é o preço de concorrência atual. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Empresa. Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem: • Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e • Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para

UNISYS BRASIL LTDA.

CNPJ nº 33.426.420/0001-93

determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes. Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3. Instrumentos incluídos no nível 2 são instrumentos categorizados como valor justo por meio do resultado em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não possui os instrumentos que poderiam ser incluídos no nível 1 e no nível 3.

29. Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora					
	Valor contábil			Valor justo		
31/12/2023	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Aplicações em CDB	-	236.918	236.918	-	236.918	-
Total	**-**	**236.918**	**236.918**	**-**	**236.918**	**-**
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	22.220	-	22.220	-	-	-
Contas a receber de clientes	285.880	-	285.880	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	84.817	-	84.817	-	-	-
Contas a receber com partes relacionadas	347.044	-	347.044	-	-	-
Outros créditos e valores a receber	25.158	-	25.158	-	-	-
Total	**765.119**	**-**	**765.119**	**-**	**-**	**-**
Total	**765.119**	**236.918**	**1.002.037**	**-**	**236.918**	**-**

	Consolidado					
	Valor contábil			Valor justo		
31/12/2023	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Aplicações em CDB	-	236.918	236.918	-	236.918	-
Total	**-**	**236.918**	**236.918**	**-**	**236.918**	**-**
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	22.269	-	22.269	-	-	-
Contas a receber de clientes	285.880	-	285.880	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	71.383	-	71.383	-	-	-
Contas a receber com partes relacionadas	406.288	-	406.288	-	-	-
Outros créditos e valores a receber	25.475	-	25.475	-	-	-
Total	**811.295**	**-**	**811.295**	**-**	**-**	**-**
Total	**811.295**	**236.918**	**1.048.213**	**-**	**236.918**	**-**

	Controladora					
	Valor contábil			Valor justo		
31/12/2022	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Aplicações em CDB	-	319.414	319.414	-	319.414	-
Total	**-**	**319.414**	**319.414**	**-**	**319.414**	**-**
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	2.718	-	2.718	-	-	-
Contas a receber de clientes	215.929	-	215.929	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	93.704	-	93.704	-	-	-
Contas a receber com partes relacionadas	352.007	-	352.007	-	-	-
Outros créditos e valores a receber	18.536	-	18.536	-	-	-
Total	**682.894**	**-**	**682.894**	**-**	**-**	**-**
Total	**682.894**	**319.414**	**1.002.308**	**-**	**319.414**	**-**

	Consolidado					
	Valor contábil			Valor justo		
31/12/2022	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Aplicações em CDB	-	319.414	319.414	-	319.414	-
Total	**-**	**319.414**	**319.414**	**-**	**319.414**	**-**
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	2.827	-	2.827	-	-	-
Contas a receber de clientes	215.929	-	215.929	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	76.933	-	76.933	-	-	-
Contas a receber com partes relacionadas	409.787	-	409.787	-	-	-
Outros créditos e valores a receber	18.765	-	18.765	-	-	-
Total	**724.241**	**-**	**724.241**	**-**	**-**	**-**
Total	**724.241**	**319.414**	**1.043.655**	**-**	**319.414**	**-**

	Controladora				
	Valor contábil		Valor justo		
31/12/2023	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivo financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores	62.088	62.088	-	-	-
Obrigações trabalhistas	39.252	39.252	-	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	400.981	400.981	-	-	-
Outras contas a pagar	8.965	8.965	-	-	-
Total	**511.286**	**511.286**	**-**	**-**	**-**

	Consolidado				
	Valor contábil		Valor justo		
31/12/2023	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores	28.858	28.858	-	-	-
Obrigações trabalhistas	39.901	39.901	-	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	416.255	416.255	-	-	-
Outras contas a pagar	10.007	10.007	-	-	-
Total	**495.021**	**495.021**	**-**	**-**	**-**

	Controladora				
	Valor contábil		Valor justo		
31/12/2022	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivo financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores	27.901	27.901	-	-	-
Obrigações trabalhistas	30.237	30.237	-	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	418.514	418.514	-	-	-
Outras contas a pagar	8.260	8.260	-	-	-
Total	**484.912**	**484.912**	**-**	**-**	**-**

	Consolidado				
	Valor contábil		Valor justo		
31/12/2022	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores	28.858	28.858	-	-	-
Obrigações trabalhistas	30.992	30.992	-	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	446.915	446.915	-	-	-
Outras contas a pagar	9.614	9.614	-	-	-
Total	**516.379**	**516.379**	**-**	**-**	**-**

30. Transação não caixa: A seguir estão apresentadas as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa individuais e consolidadas.

	Controladora e consolidado
Transações de investimento	31/12/2023
Adição de direito de uso	2.818

31. Seguros: A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R$ 125.124 (R$ 146.912 em 31 de dezembro de 2022) para danos materiais e lucros cessantes. Nesta mesma data a cobertura de seguros para responsabilidade civil era de R$ 25.981 (R$ 23.790 em 31 de dezembro de 2022).

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DA UNISYS BRASIL LTDA.

Roseli de Aguiar Andrade
Diretora de contabilidade

Francisco Carlos Lima Nunes
Contador - CRC-RJ 069.007/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores da **Unisys Brasil Ltda.** Rio de Janeiro – RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Unisys do Brasil Ltda. ("Empresa"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Unisys Brasil Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outro auditor independente, cujo relatório, datado de 30 de maio de 2023, não continha ressalvas. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

GrantThornton

São Paulo, 28 de junho de 2024
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1
Ricardo Akira Matsunaga
Contador CRC 1SP-296.382/O-1

3C Plus adquire Evolux e mira atingir R$ 1 bi até 2030

Como parte do seu plano de crescimento, a 3C Plus, empresa de tecnologia paranaense referência em soluções de gestão de relacionamento adquire a Evolux e afirma que novas aquisições virão para compor e "enrobustecer" cada vez mais sua plataforma all-in-one.

Em abril de 2022, a Auddas foi contratada para assessorar no planejamento estratégico para expansão dos negócios. "Dentro deste trabalho, foram identificadas duas principais alavancas de crescimento: uma orgânica, com maiores investimentos em marketing e vendas, uma vez que os indicadores unitários mostravam que a performance da equipe poderia ser escalada; e outra não-orgânica, com a aquisição de empresas que tivessem soluções complementares às da 3C Plus e nos permitindo criar uma plataforma completa de gestão de relacionamento para call-centers, contact-centers, correspondentes bancários, empresas de cobrança, dentre outros", comenta Ney Eurico, CEO da 3C Plus.

A parceria da Auddas com a startup 3C Plus revelou um futuro promissor, impulsionado por um produto inovador e uma entrega tecnológica eficaz e descomplicada. A consultoria percebeu que a empresa se diferencia no mercado graças ao seu modelo de gestão único, apoiado por uma cultura organizacional sólida e uma equipe jovem e altamente engajada. Esses elementos formam a base para um desenvolvimento contínuo, posicionando a 3C Plus como referência em inovação e crescimento no setor tecnológico. "Desde então, com a elaboração do planejamento estratégico e a definição de novas metas, a 3C Plus vem apresentando crescimento acelerado, com tudo para buscar atingir o valor simbólico de R$ 1 bilhão de valuation, até o final de 2030", comenta Julian Tonioli, CEO da Auddas.

A partir da decisão de compor sua oferta através de aquisições, foram mapeadas mais de 149 empresas de tecnologia de todo o país que desenvolvem soluções para o mesmo perfil de cliente. Dessa análise, resultou um short-list com oito empresas, quando o processo de negociação foi iniciado. "Foram cerca de dez meses desde as conversas iniciais, MoU, diligências, negociações finais e concretização da transação. Além da alta complementaridade das soluções, do ponto de vista cultural, os sócios de ambas as empresas tiveram alto nível de afinidade desde as primeiras interações, o que facilitou muito as negociações", explica Bruno Ruy, sócio da Auddas, que assessorou a 3C Plus durante todo o processo de aquisição da Evolux, transação finalizada no último dia 11.

Com mais de 12 anos de mercado, a Evolux é pioneira em soluções de atendimento Enterprise-ready, ajudando empresas a proporcionar experiências excepcionais de atendimento ao cliente, dedicando-se a otimizar a comunicação entre empresas e clientes por meio de uma plataforma que integra múltiplos canais e informações. "Priorizamos a Evolux por ser uma solução focada no canal voz e, portanto, a que tem mais proximidade e, provavelmente, maior facilidade/agilidade no processo de integração com a nossa companhia", afirma o CEO da 3C Plus. "Estamos orgulhosos por unir forças com a 3C Plus. Juntas, as empresas ganham maior escalabilidade em seus processos, gerando mais agilidade e qualidade para nossos clientes", comemora Gustavo Diógenes, CEO da Evolux.

A 3C Plus é uma empresa de tecnologia focada em oferecer soluções que mudem como as empresas fazem gestão do relacionamento e comunicação com o cliente, criando soluções tecnológicas mais eficientes e acessíveis de qualquer lugar do globo.

A plataforma de gestão completa e inteligente da 3C+ conta com mais de 11 módulos, incluindo CRM, Discador automático - que conecta ligações de maneira automática e entregando dados de gestão em tempo real, Omnichannel para uma comunicação integrada no WhatsApp, Instagram e outros canais digitais, visando permitir que o usuário se conecte e converse com seus clientes onde eles preferirem, rotas de telefonia, PABX, SMS, Receptivo, com bina inteligente, Chatbot, Integração com inteligência artificial, para facilitar e automatizar a rotina operacional, dentre outros.

Fundada em 2014 e 100% em nuvem, a empresa nasceu em Guarapuava, interior do Paraná, mas atende em todo território nacional.